



Termo de Referência - NOVACAP/PRES/DU/DPI

TERMO DE REFERÊNCIA  
(À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016)

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA				
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA MANUTENÇÃO DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS LOCALIZADOS EM ÁREAS URBANAS PÚBLICAS, PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PODAS, SUPRESSÃO, REMOÇÃO DE ÁRVORES MORTAS E CAÍDAS, DESTOCAMENTO, LIMPEZA DO LOCAL DAS INTERVENÇÕES, TRITURAÇÃO, RECOLHIMENTO E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS DE ORIGEM VEGETAL ORIUNDOS DA OPERAÇÃO PARA O VIVEIRO DE PLANTAS ORNAMENTAIS II DO DEPARTAMENTO DE PARQUES E JARDINS – DPI, OU OUTRO LOCAL DETERMINADO PELA DIREÇÃO DA COMPANHIA, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS AO MANEJO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DO DISTRITO FEDERAL – DF.			
NÚMERO DO PROCESSO:	00112-00008154/2024-95			
REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA	RESPONSÁVEL	PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

1. INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se ao Termo de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPI, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF. Este documento apresenta as disposições a serem seguidas no processo licitatório e no referido pregão eletrônico.

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei Nº 13.303 de 30 de junho de 2016, publicada no DOU – Diário Oficial da União em 01 de julho de 2016, ao Decreto Nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, ao Decreto 45.539/2024 e ao Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

2. OBJETO

Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPI, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A arborização urbana é cada vez mais valorizada em escala mundial como estratégia no aumento do conforto ambiental nas grandes cidades. A presença de área verde em centros urbanos possui grandes impactos positivo no meio social, econômico e ambiental, são capazes de atenuar a poluição do ar, promover sombreamento, conforto térmico, melhorias na qualidade da água e do solo, funcionam como barreira acústica e habitat para fauna, contribuem para o lazer, convívio social, valorização do imóvel, redução do consumo de energia e possibilitam o desenvolvimento de atividades educativas, além disso apresentam funções estéticas na diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade.

3.2. Nos últimos 64 anos, o Departamento de Parques e Jardins (DPI) vem continuamente empenhando esforços na implantação, na manutenção e na ampliação das áreas verdes públicas visando a transformação da cidade recém-inaugurada, afetada pelas movimentações operacionais das obras, em uma cidade onde os prédios emergem harmoniosamente da paisagem verde, em consonância com a concepção do ilustre Urbanista Lúcio Costa. O Distrito Federal, jovem cidade, ainda é afetado pelo processo de urbanização, fatores como o crescimento populacional, expansão da malha urbana, a criação de novas Regiões Administrativas, mudanças no uso do solo e do espaço público são sempre considerados e monitorados para que o Departamento consiga acompanhar esta constante evolução e se adaptar as novas exigências e demandas por áreas verdes públicas. Cuidar desse patrimônio verde com mais de 5.000.000 (cinco milhões) de árvores, arbustos e palmeiras em todo DF é um desafio e fonte de orgulho para o DPI.

3.3. Contudo, para a preservação e manutenção dessas áreas se faz necessário a prestação de um conjunto de técnicas de manejo, pois diferentemente das condições das florestas naturais, as árvores urbanas encontram adversidades que podem comprometer seu estabelecimento e desenvolvimento.

3.4. Ocorre que nos últimos anos houve 2 Programas de Demissão Voluntária, somente no último 125 (cento e vinte e cinco) funcionários do Departamento de Parques e Jardins aderiram causando uma queda abrupta na mão de obra operacional do Departamento.

3.5. Dessa forma é de extrema necessidade a contratação dos serviços especializados de manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas publicas urbanas de modo a dar continuidade na prestação deste serviço essencial à população.

4. CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO

4.1. O quadro resumo abaixo apresenta as principais características do Procedimento Licitatório e da Contratação:

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPI, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF.				
De natureza comum	SIM	X	NÃO	
De prestação continuada	SIM	X	NÃO	
Eminentemente intelectual	SIM		NÃO	X

Possui inovação tecnológica ou técnica	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
De Tecnologia da informação	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
Possui mão de obra exclusiva	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X

**JUSTIFICATIVA:** Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

- o objeto da presente contratação possui natureza comum, visto que se trata de prestação de serviço de manutenção de indivíduos arbóreos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado;
- o objeto da presente contratação é de natureza continuada, visto que o objeto será contratado para atendimento de serviço essencial;
- o objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação, visto que se trata de contratação de serviço de manutenção de indivíduos arbóreos gerados em ambiente urbano;
- não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
Estimada	Sim
Definida	Não

**JUSTIFICATIVA:** A demanda é estimada pelos setores do Departamento de Parques e Jardins que executam/fiscalizam o referido serviço.

<b>PARCELAMENTO DO OBJETO</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
-------------------------------	------------	---	------------	--

**JUSTIFICATIVA:** O objeto está parcelado em 9 (nove) lotes. NÃO HAVERÁ RESERVAS A ME E EPP: o tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais será oferecido por meio da SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) no percentual mínimo de 10% e máximo de 25% do valor do objeto, tendo em vista que o valor do objeto ultrapassa a limitação de faturamento tratada pela Lei Complementar 123/2006 e Lei n.º 4.611/2011, que por sua vez, determina o porte empresarial.

MODALIDADE	
Procedimento Licitatório Eletrônico	
Procedimento Licitatório Presencial	
Pregão Eletrônico	X
Pregão Presencial	
Dispensa de Licitação	
Inexigibilidade de Licitação	

<b>PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
----------------------------------	------------	--	------------	---

**JUSTIFICATIVA:** NÃO SERÁ PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS CONSORCIADAS, tendo em vista que não há vultuosas dimensões do objeto ou circunstâncias que exijam a associação entre empresas, além do que os serviços objeto deste procedimento devem coexistir dentro de uma mesma estrutura empresarial especializada na prestação de serviços públicos como vem sendo aplicado em contratações anteriores.

<b>PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA</b>	<b>SIM</b>		<b>NÃO</b>	X
------------------------------------	------------	--	------------	---

**JUSTIFICATIVA:** Devido à natureza do objeto a ser contratado e o modo como este deverá ser executado, NÃO SERÁ PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.

<b>SUBCONTRATAÇÃO</b>	<b>SIM</b>	X	<b>NÃO</b>	
-----------------------	------------	---	------------	--

**JUSTIFICATIVA:** Será permitida a subcontratação do serviço de Limpeza, Trituração e Remoção de Resíduos de Origem Vegetal.

PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP				
PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	SIM	X	NÃO	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> a) NÃO HAVERÁ RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS em nenhum dos lotes, conforme prevê a legislação, desde que atendidas às exigências de qualificação técnica e demais condições estabelecidas no Edital; b) NÃO HAVERÁ RESERVAS A ME E EPP: Tendo em vista a complexidade do objeto, não é vantajoso a divisão dos lotes atuais em subitens, portanto, o tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais será oferecido por meio da subcontratação compulsória. Dessa forma, visando atender a legislação vigente, será imposta, pela NOVACAP às CONTRATADAS a SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) no percentual mínimo de 10% e máximo de 25% do valor do objeto; c) Apenas será admitida a subcontratação da parcela referente aos serviços de Limpeza, Trituração e Remoção de Resíduos de Origem Vegetal, portanto a CONTRATADA não poderá subcontratar o total do objeto a ela adjudicado.				

LOTES	REGIÕES ADMINISTRATIVAS	VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO Conforme Composição Estimativa de Custo e Orçamento
LOTE 01	Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e Sia	R\$ 36.522.197,17
LOTE 02	Lago Sul, São Sebastião e Jardim Botânico	R\$ 5.463.539,63
LOTE 03	Paranoá, Lago Norte/Taquari, Varjão e Itapoã	R\$ 4.891.245,24
LOTE 04	Planaltina, Sobradinho I e II, Fercal e Arapoanga	R\$ 10.077.911,87
LOTE 05	Guará I e II /Lúcio Costa, Candangolândia, Vicente Pires	R\$ 8.308.148,51
LOTE 06	Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II, Park Way	R\$ 5.038.016,44
LOTE 07	Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Arniqueira, SCIA/Estrutural	R\$ 7.215.165,85
LOTE 08	Brazlândia, Ceilândia, Por do sol/Sol Nascente	R\$ 7.182.958,16
LOTE 09	Gama, Santa Maria e Recanto das Emas, Água Quente	R\$ 7.119.480,76
JUSTIFICATIVA: Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para apresentação das propostas durante o procedimento licitatório.		

MODO DE DISPUTA	
Aberto	X
Fechado	
Combinado	
JUSTIFICATIVA: Objetivando maior transparência e competitividade durante o certame.	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
Menor preço (por lote)	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	

Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Quando for possível estabelecer de forma objetiva as especificações do objeto e a seleção da melhor proposta recair no proponente que, atendidas as especificações, garantir o menor dispêndio para a Companhia utiliza-se o menor preço como critério de julgamento.	

4.6. Conforme demanda o inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

4.6.1. O objeto da presente contratação possui natureza comum, visto que se trata de prestação de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado;

4.6.2. O objeto da presente contratação é de natureza continuada, visto que o objeto será contratado para atendimento de serviço essencial;

4.6.3. O objeto da presente contratação não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação, visto que se trata de contratação de serviço de manutenção de indivíduos arbóreos em áreas verdes públicas urbanas.

4.6.4. Não se trata de contratação de mão de obra exclusiva;

4.6.5. A demanda foi estimada pelos setores do Departamento de Parques e Jardins que executam/fiscalizam o referido serviço.

4.6.6. O objeto está parcelado em 9 (nove) lotes. Tendo em vista que o valor do objeto ultrapassa a limitação de faturamento tratada pela Lei Complementar n.º 123 e Lei n.º 4.611/2011, não haverá cota reservada exclusivamente a ME e EPP, contudo, visando atender a legislação vigente, será imposta, pela NOVACAP às CONTRATADAS, a SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) no percentual mínimo de 10% e máximo de 25% do valor do objeto.

4.6.7. Apenas será admitida a subcontratação da parcela referente aos serviços de Limpeza, Trituração e Remoção de Resíduos de Origem Vegetal, portanto a CONTRATADA não poderá subcontratar o total do objeto a ela adjudicado.

4.6.8. A licitação se dará por Pregão Eletrônico o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, Lei nº 10.520/2002; o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e as disposições deste documento e do Edital.

4.6.9. Serão obedecidas as disposições dos Art. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

4.6.10. Não será permitida a participação de consórcio, tendo em vista que não há vultuosas dimensões do objeto ou circunstâncias que exijam a associação entre empresas, além do que os serviços objeto deste procedimento devem coexistir dentro de uma mesma estrutura empresarial especializada na prestação de serviços públicos como vem sendo aplicado em contratações anteriores.

4.6.11. Não será permitida a contratação de cooperativa, visto que a natureza do objeto a ser contratado e o modo como este é executado no mercado em geral implica em subordinação entre o empregado e a CONTRATADA.

4.6.12. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 91.818.663,63 sendo: Lote 01: R\$ 36.522.197,17; Lote 02: R\$ 5.463.539,63; Lote 03: R\$ R\$ 4.891.245,24; Lote 04: R\$ 10.077.911,87; Lote 05: R\$ 8.308.148,51; Lote 06: R\$ 5.038.016,44; Lote 07: R\$ 7.215.165,85; Lote 08: R\$ 7.182.958,16 e Lote 09: R\$ 7.119.480,76.

4.6.13. O orçamento não sigiloso tem previsão no Art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabelece que *“O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificativa na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.”* Nos termos do Acórdão 1502/2018 Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.

4.6.14. O modo de disputa será aberto, mediante a apresentação de lances públicos e sucessivos, objetivando maior transparência e competitividade durante o certame.

4.6.15. O critério de julgamento da Licitação será o de menor preço (por lote), visto que a qualidade do serviço a ser prestado pela(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) está garantida no Item "Índice de Medição de Resultado" desse Termo de Referência. O não atendimento da totalidade ou de parte desse item implicará na recusa ou glosa no pagamento do serviço, não acarretando qualquer tipo de ônus para a NOVACAP, portanto entende-se que neste caso o critério de julgamento de menor preço é o mais adequado.

## 5. FUNDAMENTO LEGAL

5.1. A execução do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto na seguinte legislação:

1. Constituição Federal de 1988 (Inciso XXI do artigo 37);
2. Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);
3. Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão);
4. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);
5. Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);
6. Lei nº 12.440/2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
7. Lei nº 9.069/1995 (Art. 28 - Reajuste anual);
8. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
9. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);
10. Lei Distrital nº 4.611/2011 (Dispõe sobre tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
11. Decreto nº 8.945/2016 (Dispõe, no âmbito federal, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);
12. Decreto nº 45.846/2024 (Dispõe sobre reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua);
13. Decreto Distrital nº 35.592/2014 (Regulamenta tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
14. Decreto 45.539/2024 (Dispõe, no âmbito distrital, sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias);
15. Acórdão 1502/2018 Plenário TCU (divulgação obrigatória do orçamento de referência);
16. Acórdão 19/2017 Plenário TCU (Utilização Orçamento Estimativo como marco inicial para reajustamento);
17. Decisão Normativa nº 02/2012 TCDF (Regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros);
18. Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (RLC);
19. Instrução Normativa de Reequilíbrio 367/2020 (109524969);

20. Instrução Normativa de Atestado de Capacidade Técnica (109524585);
21. Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
22. Lei Complementar nº 147/2017 (Altera Lei Complementar nº 123/2006);
23. Lei Complementar nº 155/2016 (Altera Lei Complementar nº 123/2006);
24. Lei Distrital nº 6.112/2018 (Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade);
25. Decreto Distrital nº 32.598/2010 (Aprova as normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal);
26. Decreto Distrital nº 40.388/2020 (Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade);
27. Decisão Normativa nº 02/2012 do TCDF (Regra do Parcelamento do objeto e da subcontratação);
28. Decisão do TCDF nº 1.755/2017 TCDF (Admite o somatório de atestados de uma mesma empresa para comprovação dos quantitativos mínimos para habilitação técnica);

## 6. DEFINIÇÕES E SIGLAS

6.1. São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Termo de Referência:

**AREA VERDE URBANA:** espaços, públicos, urbanos, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais.

**BDI:** percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

**COMISSÃO:** Grupo de pessoas designado pela autoridade competente da Administração Pública, com representantes da fiscalização e do proprietário (ou interessado ou preposto), para receber em definitivo o objeto contratado, após exame e constatação da conformidade com os padrões exigidos em contrato. A comissão poderá, se for o caso, determinar à contratada, providências necessárias para a finalização do objeto nos termos contratuais.

**COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO:** detalhamento do preço unitário do serviço que expresse a descrição, quantidade, produtividade e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida.

**CONTRATADA:** pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

**CONTRATANTE:** Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO:** representação gráfica dos serviços distribuídos em etapas a serem executados do objeto contratado com indicação do respectivo desembolso financeiro vinculado ao valor do Contrato.

**CUSTO UNITÁRIO:** valor unitário para execução de uma unidade de medida do serviço previsto no orçamento de referência e obtido com base nos sistemas de referência de custos ou pesquisa de mercado.

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO:** declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

**EDITAL:** instrumento convocatório por meio do qual são divulgados o objeto, as regras e as normas aplicáveis ao procedimento licitatório visando futura aquisição ou contratação e ao qual se vinculam tanto a NOVACAP quanto os licitantes.;

**EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL:** regime de contratação por preço certo e total, quando for possível definir previamente no Projeto Básico ou Termo de Referência, com a maior precisão possível, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados no contrato;

**EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO:** regime de contratação por preço certo de unidades determinadas, no caso em que o objeto, por sua natureza, possua imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

**ENCARGOS SOCIAIS:** Conjunto de obrigações trabalhistas que devem ser pagas pelas empresas mensalmente ou anualmente, além do salário dos empregados.

**EQUIPAMENTOS:** Rol de instrumentos a serem utilizados na execução dos serviços, conforme especificações e Normas Técnicas constantes dos Anexos integrantes do Termo de Referência/Projeto básico.

**FISCAL ou EXECUTOR:** empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a serem adotadas pelo executor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pelo contratado, nos termos das Normas de Fiscalização desta NOVACAP.

**FISCALIZAÇÃO:** atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

**GERENCIAMENTO DE RISCOS:** processo para identificar, avaliar, tratar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

**EXECUTOR DO CONTRATO:** empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, que adota as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, considerando o que prevê o contrato e as normas internas da NOVACAP.

**HABILITAÇÃO:** etapa do procedimento licitatório de verificação do cumprimento dos requisitos jurídicos, técnicos e econômicos do licitante, exigidos no Edital;

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR):** mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

**INTERESSADO:** ente da Administração Pública responsável pela autorização de realização de licitação ou de dispensa ou de inexigibilidade de licitação e contratação do objeto. É o responsável por informar os recursos orçamentários e financeiros para execução do objeto. O interessado poderá ser ou não o próprio proprietário.

**INTERVENÇÃO ARBÓREA:** qualquer intervenção realizada em indivíduos arbóreos, arbustivos ou em palmeiras, como por exemplo, poda, supressão, remoção de árvore morta, remoção de árvore caída e destocamento.

**INSUMOS:** uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

**LICITANTE:** todo aquele que apresentar documentação para fins de participação em processo licitatório;

**LOTE:** divisão de determinado conjunto de bens ou serviços em uma ou mais parcelas.

**MAPA DE RISCOS:** documento elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.

**MATRIZ DE RISCOS:** Distribuição de responsabilidades e riscos entre as partes, caracterizadoras do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e que deverá ser considerada na avaliação da ocorrência de eventual ônus financeiro adicional decorrente de eventos supervenientes à contratação que atinja uma ou ambas as partes no contrato, e que possa vir a ensejar, em razão de sua efetiva ocorrência e materialidade, alguma alteração dos termos e condições originalmente acordados;

**ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA:** detalhamento do preço global de referência que expressa a descrição, as quantidades e os custos unitários de todos os serviços, incluídas as respectivas composições de custos unitários, necessários à execução da obra e compatíveis com o projeto que integra o Edital de licitação;

**ORDEM DE SERVIÇO:** Documento onde constam o endereço, as espécies e o serviço a ser executado após vistoria do técnico ou engenheiro do Departamento de Parques e Jardins.

**ORDEM DE SERVIÇO EXTERNA:** documento emitido pela Administração Pública que autoriza o início da execução do objeto contratado, a partir da emissão da Nota de Empenho, constando entre outras informações, nomes da CONTRATADA e CONTRATANTE, número do Contrato, número do Processo Administrativo, descrição do objeto, endereço, prazo, data de início, data de término, valor contratado, nomes do FISCAL/EXECUTOR, supervisor e Diretor da unidade gestora.

**PESQUISA DE PREÇOS:** procedimento indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para arcar com as despesas decorrentes de contratação e análise da compatibilidade das propostas apresentadas na licitação;

LOTES	REGIÕES ADMINISTRATIVAS	INTERVENÇÃO ARBÓREA				QUANT. ANUAL DESTOCAMENTO (Und.)	PRODUTIVIDADE ANUAL EM UC	VALOR TOTAL ANUAL
		QUANT. ANUAL PODA (Und.)	QUANT. ANUAL SUPRESSÃO (Und.)	QUANT. ANUAL ÁRVORE CAÍDA (Und.)	INTERVENÇÃO ANUAL TOTAL (Und.)			
1	Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e Sia	65.244	14.680	1.631	81.555	16.311	84.480	R\$ 36.522.197,17
2	Lago Sul, São Sebastião e Jardim Botânico	9.856	1.623	116	11.595	1.739	10.560	R\$ 5.463.539,63
3	Paranoá, Lago Norte/Taquari, Varjão e Itapoã	3.364	852	43	4.259	894	10.560	R\$ 4.891.245,24
4	Planaltina, Sobradinho I e II, Fercal e Arapoanga	11.013	1.814	130	12.956	1.943	21.120	R\$ 10.077.911,87
5	Guará I e II /Lúcio Costa, Candangolândia, Vicente Pires	15.918	3.260	192	19.178	3.452	21.120	R\$ 8.308.148,51

6	Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II, Park Way	6.814	1.533	85	8.517	1.618	10.560	R\$ 5.038.016,44
7	Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Arniqueira, SCIA/Estrutural	9.275	1.900	112	11.174	2.011	15.840	R\$ 7.215.165,85
8	Brazlândia, Ceilândia, Por do sol/Sol Nascente	9.727	1.737	116	11.580	1.853	15.840	R\$ 7.182.958,16
9	Gama, Santa Maria e Recanto das Emas, Água Quente	8.726	1.437	103	10.266	1.540	15.840	R\$ 7.119.480,76
TOTAL		139.936	28.836	2.528	171.080	31.361	205.920	R\$ 91.818.663,63

Tabela 1

7.3. Tanto a produtividade como o pagamento serão processados em Unidade de Corte (UC).

7.4. O serviço de destocamento será pago à parte e não entrará como produtividade a ser atingida como meta mensal de UC por equipe.

7.5. A UC é uma unidade de conversão utilizada para medição da produtividade e para fins de pagamento, a qual considera tanto tipo do serviço que será executado, como o grau de dificuldade da execução.

7.6. Os valores de UC estão dispostos no item "PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO".

7.7. Apesar da previsão estimativa dos serviços de manutenção dos indivíduos arbóreos, por tratar-se de indivíduos vivos e, portanto, de difícil definição de demanda, os quantitativos de poda, supressão e remoção de árvore caída em unidades podem ser alterados de acordo com a demanda real, desde que a execução dos serviços não ultrapasse os valores contratados anualmente.

7.8. Cada lote deverá possuir um quantitativo mínimo de equipes para atender com qualidade e segurança o objeto do presente Termo de Referência, conforme exposto abaixo, a composição detalhada de cada equipe, bem como as especificações dos veículos e equipamentos mínimos necessários estão constantes no **ANEXO I**:

TIPO DE EQUIPE	LOTES									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
PSA - Equipe de Poda e Supressão de Árvores	15	3	2	4	4	2	3	3	3	39
LTRRV - Equipe de Limpeza, Trituração, e Remoção de Resíduos Vegetais	8	1	1	3	2	1	2	2	2	22
A17P - Equipe de apoio à equipe PSA (Elevação de 5 a 17 m)	11	1	1	1	1	1	1	1	1	19
A25G - Equipe de apoio à equipe PSA (Elevação de 18 a 25 m)	2	0	0	1	0	0	0	0	0	3
APL - Equipe de apoio à PSA com Plataforma (Elevação superior a 12m)	1	0	1	1	1	1	1	1	1	8
RTG - Equipe de Recolhimento de Troncos (Carga 12t/ 2m)	3	1	1	1	1	1	1	1	1	11
EDT - Equipe de Destocamento	7	1	1	1	1	1	1	1	1	15
CG - Coordenador Geral	2	1	1	1	1	1	1	1	1	10

Tabela 3

7.8.1. A contratada poderá propor inovações tecnológicas relativas aos equipamentos propostos nos anexos, desde que haja ganhos na qualidade do serviço e desde que sejam compatíveis, sem majoração ou deságio, com os valores dos veículos orçados, sob autorização da área técnica do Departamento de Parques e Jardins.

7.8.2. A manutenção de todos os veículos e equipamentos requisitados serão de responsabilidade da contratada, não gerando nenhuma ônus a Contratante.

7.8.3. Não serão aceitos veículos e/ou equipamentos que não possuam as especificações mínimas constantes no presente Termo de Referência.

7.9. A funções de cada participante de equipe irá desempenhar está discriminada a seguir:

7.9.1. Encarregado: Supervisiona o trabalho da equipe, garantindo produtividade e eficiência, e assegura que o desempenho de todos seja satisfatório; Em caso de urgência ou demanda intempestiva, desloca imediatamente a equipe ao local conforme determinação do fiscal de campo/executor do contrato; Avalia todos os atributos relacionados ao indivíduo arbóreo indicado para intervenção, buscando minimizar riscos e salvaguardar todos os envolvidos na operação; Capacita-se para realizar adequadamente os serviços, visando minimizar danos a equipamentos urbanos, edificações e espécies vegetais próximas.

7.9.2. Coordenador Geral: Os coordenadores executam uma ampla variedade de tarefas administrativas básicas e de suporte; Desloca-se previamente nos locais especificados nas ordens de serviço entregues pelo DPJ a fim de verificar a viabilidade da execução do serviço programado (identificar se o serviço já foi executado anteriormente ou por terceiros, analisar a necessidade de apoio de algum outro órgão – por exemplo, isolamento de vias (Detran), desligamento de rede elétrica (Neoenergia), etc; Realiza tarefas administrativas e de suporte, verificando a viabilidade da execução do serviço programado, participando de reuniões mensais e garantindo a segurança de toda a equipe e transeuntes.

7.9.3. Servente: Auxiliar os Poda de Árvores, prepara o terreno, recolhe e ensaca restos de poda, limpa áreas, prepara a sinalização do local, carrega e descarrega caminhões, e realiza demais atividades de manutenção de áreas verdes.

7.9.4. Operador de Máquina: Executar os serviços que envolvem o funcionamento de motosserra, motopoda e seus componentes de modo que se atente aos diferentes tipos de cortes e os riscos ocupacionais envolvidos no processo, realizando uma operação segura nas atividades de corte de madeiras, utilizando os EPIs adequados.

7.9.5. Motorista: Dirige e manobra veículos, transportando pessoas, cargas ou valores, e realiza verificações e manutenções básicas do veículo.

#### 7.10. DO RECEBIMENTO DEMANDA

7.11. A Contratada receberá, exclusivamente do Departamento de Parques e Jardins (DPJ), a programação com todas as Ordens de Serviços (OS) a serem executadas no mês.

- 7.12. Caso a contratada execute serviços de manutenção de indivíduos arbóreos solicitados por terceiros fora da Ordem de Serviço, haverá glosa no pagamento.
- 7.13. A programação será disponibilizada por meio do sistema SGIA (Sistema de Gerência de Indivíduos Arbóreos) do DPJ.
- 7.14. A OS indicará o local, as espécies que necessitam de intervenção, a descrição do tipo de intervenção, os quantitativos a serem executados e a ordem de prioridade para execução.
- 7.15. A Contratada deverá executar todas as O.S programadas.
- 7.16. Ao receber a programação mensal com as O.S destinadas a execução, o Coordenador do lote deverá criar um cronograma de atendimento baseado na ordem de priorização.
- 7.17. O coordenador do lote deverá fazer uma inspeção prévia no local para identificar quaisquer impedimentos à execução do serviço.
- 7.17.1. Caso haja impedimento na execução o coordenador deverá reportar o problema ao executor do contrato, por meio do Sistema, o qual avaliará se de fato haverá a necessidade de programar a execução de outra O.S ou se determinará a execução.
- 7.17.2. Caso não haja impedimentos o coordenador deverá avaliar quais serão as equipes necessárias para a execução do serviço.

#### 7.18. **DA EXECUÇÃO**

- 7.19. A Contratada deverá atender todas as demandas enviadas, em ordem de prioridade. Caso haja demandas programadas próximas àquelas de alta prioridade, a Contratada deverá adaptar o planejamento para atendê-las de forma lógica.
- 7.20. Na execução de cada um dos serviços, a Contratada deverá registrar, por meio de fotos e observações, todas as fases de execução no ambiente do SGIA, incluindo imagens do antes, durante e após a realização do serviço, bem como a limpeza do local, o recolhimento e o transporte dos resíduos.
- 7.21. Em casos de supressão, o fiscal/executor do contrato poderá solicitar o destocamento do indivíduo arbóreo, neste caso o serviço de destocamento estará indicado na O.S e também deverá ser registrado no SGIA.
- 7.22. A contratante só poderá executar o destocamento se expressamente indicada na O.S.
- 7.23. Além dos registros fotográficos feitos no ambiente SGIA, a contratada deverá também encaminhar as fotos georreferenciadas, antes, durante e após a realização do serviço, incluindo a limpeza do local pelo whatsapp aos executores dos contratos.
- 7.24. Em casos de atendimento de emergência, a equipe mais próxima do incidente deverá ser imediatamente deslocada ao local, conforme determinado pelo fiscal de campo/executor do contrato. As demandas intempestivas também serão consideradas emergenciais e de atendimento obrigatório.
- 7.25. Qualquer interferência, de fácil resolução, que impeça a execução da operação deve ser comunicada imediatamente ao fiscal/executor do contrato para adoção das providências cabíveis. Se a remoção da interferência não for possível, o Departamento encaminhará uma nova demanda.
- 7.26. No caso de situações extraordinárias onde haja obstáculos, de difícil resolução, que impeçam a execução dos serviços ou que a execução ofereça risco à vida e/ou integridade física dos colaboradores, a Contratada deverá recusar a demanda por meio do SGIA com a devida justificativa, a qual ficará sujeita à validação posterior pelo fiscal/executor do contrato.
- 7.27. Em áreas de intenso fluxo de veículos e pedestres, que necessitem de apoio de outros órgãos competentes (DETRAN/NEOENERGIA/DER) a Contratada deve solicitar, a fiscalização e providências do DPJ com antecedência mínima de 5 dias úteis antes do início dos trabalhos.
- 7.28. A Contratada deve garantir o estacionamento adequado de seus veículos e equipamentos, sendo proibido o estacionamento em gramados e calçadas. Só será permitido o estacionamento em gramado se não houver nenhuma outra alternativa sendo devidamente comprovado. Caso a contratada estacione, sem justificativa, em gramados e calçadas haverá glosa no pagamento.
- 7.29. Caso a Contratada cause danos em gramados e/ou calçadas deverá realizar o replantio do gramado e/ou refazer a calçada com concreto usinado.
- 7.30. Caso a Contratada necessite realizar manutenções em veículos e equipamentos, estes devem ser feitos em 24 horas de modo que não interfira no andamento e celeridade das operações, sem ônus a Contratante. Caso as manutenções interfiram no andamento e celeridade das operações será feita glosa das horas paradas dos veículos e equipamentos.
- 7.31. Caso a manutenção dos veículos e/ ou equipamentos necessitem de mais de 24h, estes deverão ser substituídos para continuidade do andamento.
- 7.32. No caso de danos causados à equipamentos públicos a Contratante deverá fazer os devidos reparos no prazo máximo de 72 horas.
- 7.33. No caso de danos causados à equipamentos privados a Contratante deverá fazer os devidos ressarcimentos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 7.34. Caso a execução do serviço tenha de ser paralisado por objeção da população, Mandado de Segurança ou decisão administrativa do DPJ, a Contratada deverá comunicar imediatamente o fiscal/executor para solução do problema.
- 7.35. Durante a operação, a Contratada deve garantir a segurança de todos os envolvidos, avaliando os riscos e adotando medidas para minimizá-los, incluindo possíveis interferências no local de trabalho.
- 7.36. Tendo em vista que os Lotes 01 e Lote 04 são os únicos lotes que possuem o equipamento Sky de maior altura (25 metros), nos casos de necessidade, onde uma intervenção necessite obrigatoriamente de tal equipamento, as empresas Contratadas destes dois lotes, quando solicitadas pela Chefia do Departamento de Parques e Jardins, deverão atuar em qualquer Região Administrativa do Distrito Federal mesmo que esteja inserida em outro lote, sem diferenciação dos valores contratados executando todas as etapas do serviço (poda/corte, remoção, destocamento, caso houver, trituração, recolhimento dos resíduo vegetal, transporte e limpeza do local).
- 7.37. Em casos intempestivos ou por demanda da chefia do departamento e com as devidas justificativas, todas as equipes deverão atuar nos demais lotes executando todas as etapas do serviço (poda/corte, remoção, destocamento, caso houver, trituração, recolhimento dos resíduo vegetal, transporte e limpeza do local). Nesses casos a valor do serviço será aquele contratado do lote original da equipe e não do local onde eventualmente a equipe atuará.
- 7.38. Os serviços, objeto do presente Termo de Referência, deverão ser executados de **7h às 18h**, podendo ser solicitados serviços em horário noturno (entre 22h e 5h) acrescidos de 20% comparados aqueles pagos em horário comercial e nos finais de semana, pontos facultativos e feriados em casos de excepcionalidade ou determinados pela chefia sem diferenciação no valor do pagamento, garantindo o cumprimento da Consolidação das leis do trabalho e da Constituição Federal.
- 7.39. Nos casos de trabalho noturno (entre 22h e 5h) a Contratada deverá providenciar rotolight em todos os veículos, iluminação adequada no local da operação, bem como colete com faixa refletiva para todos os empregados visando a sinalização, iluminação da área e segurança dos empregados envolvidos na operação, dos eventuais transeuntes, dos eventuais veículos que circulam nas proximidades e dos equipamentos públicos e privados.
- 7.40. Todo o serviço executado pela equipe de Poda e Supressão de Árvores deverá ser filmada e o link de acesso à transmissão ao vivo e o link de acesso das filmagens armazenadas devem ser fornecidas ao fiscal e executores dos contratos. Além disso, a Contratada deverá entregar um Relatório de uploads juntamente com o Relatório fotográfico, ambos partes integrantes do processo de pagamento.
- 7.41. A contratada não poderá em nenhuma hipótese, ceder, vender, ou em qualquer aspecto, extraviar material proveniente dos serviços de poda/supressão/remoção de árvore caída.
- 7.42. A Contratada deverá realizar obrigatoriamente a captação e transmissão ao vivo de todas as atividades de intervenção arbórea utilizando câmeras ou smartphones fixados em tripés.
- 7.43. A contratada deverá armazenar as gravações de forma segura, com uma solução que garanta a integridade dos dados captados. A Contratada deverá disponibilizar à Contratante o acesso as gravações durante a execução do contrato e garantir o armazenamento das mesmas por um período mínimo de 12 (doze) meses após o término da vigência contratual. É necessário que a solução de armazenamento tenha capacidade suficiente para armazenar grandes volumes de vídeo por períodos prolongados.
- 7.44. A contratada não poderá em nenhuma hipótese fornecer ou ceder as gravações das operações a nenhum terceiro. As filmagens só poderão ser fornecidas ao Departamento de Parques e Jardins.
- 7.45. A Contratada deverá fornecer relatórios mensais detalhados sobre a gestão das evidências digitais, Relatório de uploads. Esses relatórios devem incluir informações sobre os uploads dos vídeos registrados, quantidade de vídeos gravados e o total de horas gravadas por mês. O Relatório de Uploads é um documento obrigatório e integrante ao processo de pagamento, garantindo a transparência e a rastreabilidade de todas as atividades realizadas.

#### 7.46. **DESTOCAMENTO**

7.47. Objetivando eliminar resíduos lenhosos e proporcionar um manejo completo e eficiente da arborização urbana, a contratada deverá realizar, APENAS QUANDO SOLICITADO, o destocamento e a retirada dos resíduos remanescentes produzidos pelas intervenções arbóreas.

7.48. O Contratada só deverá realizar o destocamento se indicada expressamente em ordem de serviço pelo Departamento de Parques e Jardins.

7.49. Primeiramente deverá ser realizada a escarificação do solo rente a cepa do tronco, com enxada;

7.50. Em seguida o destocador fará desgaste da cepa até a profundidade mínima de 30 centímetros do nível do solo, bem como das raízes expostas (a profundidade poderá ainda ser alterada de acordo com a necessidade de cada ocasião, sendo instruída por empregado do DPJ por meio de Ordem de serviço);

7.51. No final da operação, todo o material oriundo da destoca, bem como os resíduos de terra, deverão ser distribuídos no local onde existia anteriormente a cepa deixando o solo nivelado;

7.52. Caso a Contratada realize o serviço de destocamento a pedido de terceiros, sem indicação na Ordem de Serviço, este não será pago e a contratada sofrerá glosa no pagamento

7.53. Nos casos de supressão com destocamento, os serviços só serão considerados como concluídos somente após a execução de TODOS os serviços de manutenção de indivíduos arbóreos: a supressão, o destocamento, a limpeza do local, inclusive com varrição caso necessário, a trituração, recolhimento e o transporte de resíduos.

7.53.1. Na ausência de algum dos serviços, a O.S não será incluída para pagamento.

7.54. O serviço de destocamento poderá ser solicitado tanto em áreas verdes públicas como em vias e calçadas, devendo a contratante preparar o local para a devida execução do serviço.

#### 7.55. **DA LIMPEZA E TRITURAÇÃO**

7.56. Qualquer serviço de manutenção de indivíduos arbóreos só será considerado apto para pagamento após a conclusão de todas as atividades e a limpeza completa local, inclusive com varrição, caso seja necessário.

7.57. A equipe de limpeza deve realizar a trituração de TODOS os resíduos vegetais gerados, incluindo galhos e troncos, e transporta-los em veículos apropriados, com cobertura adequada, ao Viveiro II do Departamento de Parques e Jardins.

7.58. Os resíduos que não forem possíveis de serem triturados deverão ser colocados no caminhão e também transportados ao Viveiro II do Departamento de Parques e Jardins.

7.59. Caso haja material não triturável e que não possam ser armazenados no Viveiro deverão ser destinados ao aterro sanitário, quando indicado pela Contratante, e a empresa contratada deverá absorver os custos com a emissão da CTR.

7.60. Após executar qualquer serviço de manutenção arbórea, a Contratada deverá finalizar a trituração, recolhimento, transporte e limpeza completa no local prazo máximo de 3 dias.

7.61. Em locais mais sensíveis e/ou com alto fluxo de veículos ou pedestre, como hospitais, estacionamentos movimentados e locais de acesso/entrada de carros, a contratada deverá obrigatoriamente recolher os resíduos vegetais resultantes da poda no mesmo dia da operação. Essa medida visa evitar a obstrução de vias e garantir a livre passagem, preservando a ordem pública e a segurança.

7.62. A Contratada deverá, ao final de cada intervenção arbórea, inclusive destocamento, realizar a varrição completa do local, garantindo que todas as áreas afetadas pela execução dos serviços estejam limpas e livres de resíduos. A limpeza deverá ser registrada por meio de fotos, incluindo imagens antes e depois do serviço, que serão armazenadas no ambiente do SGIA e encaminhadas georreferenciadas via WhatsApp aos executores dos contratos.

#### 7.63. **PÓS EXECUÇÃO**

7.64. O serviço só será considerado concluído e apto para pagamento após a conclusão de todas as atividades, incluindo o destocamento, caso indicado na O.S, a trituração, o recolhimento de resíduos vegetais, o transporte deste até o Viveiro II e a limpeza completa do local.

7.65. Serviços executados sem os registros necessários no SGIA não serão pagos.

7.66. Após registros da prestação dos serviços, a contratada deverá emitir o Relatório Fotográfico a partir do SGIA do coordenador e entregar a Contratante;

7.67. Caso o sistema SGIA apresente algum erro e não emita o Relatório Fotográfico, a Contratada deverá produzir o Relatório Fotográfico Manualmente e entregar a contratante.

7.68. O Relatório fotográfico e o Relatório de Uploads são integrantes ao processo de pagamento, de modo que sem a entrega dos referidos Relatórios não haverá pagamento.

7.69. Serviços não finalizados podem acarretar penalidades à Contratada.

#### 7.70. **SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INTERVENÇÃO ARBÓREA (SGIA)**

7.71. Após assinatura dos contratos, as contratadas receberão instrução sobre a utilização do Sistema de Gerência de Indivíduos Arbóreos (SGIA) em reunião a ser marcada pela contratante em até 5 (cinco) dias após assinatura do contrato.

7.72. O Sistema Gerência de Indivíduos Arbóreos (SGIA) é uma ferramenta do Departamento de Parques e Jardins onde é possível receber e gerenciar as solicitações de intervenção arbórea em área verde urbana pública. As solicitações são divididas em ordinárias, seguindo os critérios de priorização, ou emergenciais, quando da execução imediata, informando os detalhes do serviço e a localização via geolocalização.

7.73. Todas as etapas, como o recebimento da programação de serviço, a prioridade de execução, a atualização do andamento do serviço, o registro fotográfico, o registro da impossibilidade de execução e conclusão do serviço serão feitas por meio do SGIA.

7.74. Ao receber a atribuição de uma O.S por meio do SGIA, a empresa contratada deverá verificar e executar a programação enviada pelo executor/fiscal da Contratante, atualizando o status conforme o progresso da execução.

7.75. Cada foto e atualização de status são carregadas no sistema através da opção "Atualizar Item".

7.76. Após a conclusão dos serviços, o status da OS é atualizado para "Realizado" até a revisão e aprovação da contratante.

7.77. O Departamento de Parques e Jardins revisará o serviço executado, verificará as fotos e informações fornecidas e, se tudo estiver de acordo com os termos constantes no presente Termo de Referência e demais documentos técnicos aprovará ou solicitará revisões conforme necessário.

7.78. Se ajustes foram necessários, o status da OS é atualizada para "A Fazer", e a empresa terceirizada deve revisar e reexecutar os serviços conforme as instruções recebidas.

7.79. Se aprovado, a OS é marcada como "Concluída" e estará apta para pagamento.

7.80. Após a conclusão da execução de uma ordem de serviço no Sistema Gerência de Indivíduos Arbóreos (SGIA), a plataforma permite a finalização do processo e a emissão de relatórios para pagamento através do módulo de medição. Neste módulo, o sistema calcula automaticamente a medição do mês com o valor monetário correspondente para processo de pagamento.

#### 7.81. **DA FISCALIZAÇÃO :**

7.81.1. O Contrato será executado e fiscalizado pelo Departamento de Parques e Jardins da Novacap, por empregados designados por instrução interna. Estes empregados serão os responsáveis por acompanhar e verificar a execução dos serviços executados, receber e conferir os relatórios, notas fiscais e garantir os pagamentos de tributos e encargos sociais da CONTRATADA, relativos às exigências deste instrumento;

7.81.2. O Executor do Contrato verificará o cumprimento das condições estabelecidas neste Projeto. Em caso de constatação de condições diferentes daquelas impostas (não cumprimento, cumprimento parcial, cumprimento irregular ou insatisfatório), o DPJ notificará as falhas à CONTRATADA.

7.81.3. A notificação será enviada por email cadastrado no SEI e a data de envio será considerada para a contagem do prazo de atendimento.

- 7.81.4. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento e atualização do email junto à Contratante.
- 7.81.5. Na situação de falhas notificadas, a CONTRATADA deverá providenciar a solução dos problemas apontados, seja refazendo os serviços ou sanando as condições destoantes, buscando evitar reincidência no mesmo tipo de irregularidade. Ficará, ainda, a cargo do Executor do Contrato designado, o repasse à CONTRATADA, de todas as reclamações recebidas dos cidadãos, para análise conjunta das providências, a fim de resolver as deficiências apontadas.
- 7.81.6. A fiscalização o DPI deverá ter livre acesso aos locais de trabalho das equipes da CONTRATADA.
- 7.81.7. A fiscalização o DPI não permitirá que as equipes executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas.
- 7.81.8. A fiscalização se reserva o direito de recusar os serviços executados que não atenderem às especificações estabelecidas pelo DPI, podendo, inclusive recusar o pagamento do mesmo.
- 7.81.9. O DPI poderá recusar quaisquer materiais ou equipamentos quando entender que estes, ou que os componentes empregados não sejam os especificados, ou quando entender que o serviço esteja irregular.
- 7.81.10. Nas fiscalizações, por parte da Contratante, dos serviços objeto do presente Termo de Referência serão observados também o cumprimento do cronograma, a demanda de resíduos a ser recolhido, a natureza do resíduo a ser recolhido, a documentação a ser entregue pela contratada e demais condicionantes previstas no presente Termo de Referência.
- 7.81.11. Caso identificado ou na suspeita de desvio inapropriado de resíduos de origem vegetal de qualquer operação, a empresa será notificada, podendo ser rescindido o contrato de prestação de serviços não só referente ao lote onde identificado o desvio como de todos os outros lotes que a empresa tenha firmado contrato, podendo a empresa responder na esfera criminal.

## **8. DOCUMENTOS TÉCNICOS**

8.1. A documentação técnica que compõe este Termo de Referência e fará parte integrante do Contrato, valendo como se neste estivesse efetivamente transcrito, é composta dos documentos listados abaixo:

Doc. SEI/GDF 148245850 - Regulamento de Licitações e Contratos;

Doc. SEI/GDF 149067388 - Estudo Técnico Preliminar;

Doc. SEI/GDF 146866157 - Mapa de risco;

Doc. SEI/GDF 149770007 - Estimativa de Custo e Orçamento com Desoneração;

Doc. SEI/GDF 149770119 - Estimativa de Custo e Orçamento sem Desoneração;

Doc. SEI/GDF 149638694 - Cronograma físico financeiro com desoneração;

Doc. SEI/GDF 149639036 - Cronograma físico financeiro sem desoneração;

Doc. SEI/GDF 148007693 - Demonstrativo de BDI com Desoneração;

Doc. SEI/GDF 148007897 - Demonstrativo de BDI sem Desoneração;

Doc. SEI/GDF xxxxxxxxxxx - Parecer Jurídico

8.2. As especificações técnicas dispostas no presente termo e nos documentos listados no no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deverão ser obrigatoriamente seguidas pela empresa CONTRATADA.

## **9. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES**

9.1. Os documentos técnicos relativos a esta contratação são compostos, de forma complementar, pelos documentos relacionados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deste Termo de Referência e anexos do Edital e poderão ser utilizados como base de tomada de decisão pela Contratante.

9.2. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

9.2.1. Em caso de divergência entre as especificações técnicas dos documentos que compõem este Termo de Referência e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão estas últimas.

9.2.2. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das prescrições contidas nas especificações técnicas e nos documentos que compõem este Termo de Referência, serão consultados os autores dos documentos e a FISCALIZAÇÃO.

9.2.3. Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso e anexado ao processo, prevalecerá sempre o último.

9.2.4. Para efeito de interpretação de divergências fica estabelecido que a CONTRATADA deverá consultar o Departamento de Parques e Jardins.

## **10. CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS PELA CONTRATADA**

10.1. Antes da data de apresentação da proposta para prestação de serviço objeto do presente Termo de Referência a PROPONENTE deverá:

10.1.1. Fazer minucioso estudo, verificando a compatibilização das informações apresentadas nas especificações técnicas e nos demais documentos elencados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS".

10.1.2. Após verificação preliminar, dar imediata comunicação por escrito à DECOMP/DA/PRES/NOVACAP, conforme prazo estabelecido em Edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre quaisquer transgressões às legislações e normas vigentes, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento do objeto a ser contratado.

## **11. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

11.1. As PROPONENTES deverão comprovar que possuem, ou se comprometem a montar matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato.

11.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da arrematante, que efetivamente prestará os serviços:

a) Se a licitante arrematante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e

b) Se a arrematante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, sendo dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

### **11.3. Da Comprovação de Qualificação Técnica:**

11.3.1. Em respeito ao que preceitua o Tribunal de Contas do Distrito Federal, também para que os objetivos buscados pelo presente ato alcancem resultados satisfatórios, será necessária por parte das LICITANTES ARREMATANTES, comprovação de aptidão para o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado.

11.3.2. As PROPONENTES, obrigatoriamente, deverão apresentar Certidão de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou por meio eletrônico/via internet, da sede da empresa licitante, dentro do prazo de validade. Se a empresa CONTRATADA, for de outra praça, no ato da CONTRATAÇÃO deverá apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do Estado de origem, e esta deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA/DF, de acordo com o art. 69, da Lei 5.194, de 24/12/66 e Resolução n.º 265, de 15/12/79 do CONFEA.

### **11.4. Dos Acervos Técnicos:**

11.4.1. Do Responsável Técnico - O Responsável Técnico da PROPONENTE deverá comprovar ter executado, a qualquer tempo, obras/serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução n.º 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da (s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) e indicação da(s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnicas (ART) emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução do serviço descrito na tabela abaixo:

Para todos os lotes	Descrição dos serviços
	Manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação.

#### 11.4.2. Da Empresa:

11.4.2.1. As empresas PROPONENTES deverão demonstrar sua capacidade técnica operacional, comprovando ter executado, a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s). O (s) atestado(s) para capacidade operativa da empresa deverá(ão) ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução n.º 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para cada um dos diferentes serviços.

11.4.2.2. A empresa licitante deverá comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de poda e comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de supressão, tendo em vistas serem os serviços de maior relevância do objeto licitado, comprovando a experiência de execução de atividades compatíveis com as características dos serviços do objeto a ser contratado, conforme quantitativo indicado na tabela abaixo.

LOTES	REGIÕES ADMINISTRATIVAS	QUANT. ANUAL PODA (Und.)	QUANT. ANUAL SUPRESSÃO (Und.)	ACERVO TÉCNICO PODA 50% (Und.)	ACERVO TÉCNICO SUPRESSÃO 50% (Und.)
1	Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e Sia	65244	14680	32622	7340
2	Lago Sul, São Sebastião e Jardim Botânico	9856	1623	4928	812
3	Paranoá, Lago Norte/Taquari, Varjão e Itapoã	3364	852	1682	426
4	Planaltina, Sobradinho I e II, Fercal e Arapoanga	11013	1814	5507	907
5	Guará I e II /Lúcio Costa, Candangolândia, Vicente Pires	15918	3260	7959	1630
6	Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II, Park Way	6814	1533	3407	767
7	Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Arniqueira, SCIA/Estrutural	9275	1900	4638	950
8	Brazlândia, Ceilândia, Por do sol/Sol Nascente	9727	1737	4864	869
9	Gama, Santa Maria e Recanto das Emas, Água Quente	8726	1437	4363	719
TOTAL		139936	28836	69968	14418

Quantitativos mínimos exigidos para comprovação de capacidade operativa, 50% (vinte e cinco por cento) da(s) área(s) do(s) lote(s) a ser(em) adjudicado(s).

11.4.3. Considerando a necessidade de que a empresa contratada tenha conhecimento técnico na execução dos serviços de destocamento e considerando que este serviço não é a atividade de maior relevância será apenas exigido que a empresa Proponente comprove já ter executado, a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade o serviço de destocamento.

11.4.4. Será permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade, ou de vários atestados a serem utilizados nessa finalidade, devendo tal(is) certidão (ões) e/ou atestado (s), serem acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a LICITANTE ou que já tenha figurado como responsável técnico da Empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do LICITANTE, bem como a empresa CONTRATADA para a execução dos serviços, no teor do art. 64, da Resolução n.º 1.025/09 - CONFEA.

art. 64. O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à CAT, que especificará somente as ARTs a ele correspondentes.

§ 1º A veracidade e a exatidão das informações constantes do atestado são de responsabilidade do seu emitente.

§ 2º A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

§ 3º A CAT apresentará informações ou ressalvas pertinentes em função da verificação do registro do profissional e da pessoa jurídica à época da execução da obra ou da prestação do serviço, bem como dos dados do atestado em face daqueles constantes dos assentamentos do Crea relativos às ARTs registradas.

§ 4º O atestado registrado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha ser a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Seção III

Da Inclusão ao Acervo Técnico de Atividade Desenvolvida no Exterior

11.4.5. Consoante ao delineado na Decisão TCDF n.º 1.755/2017, será admitido o somatório de atestados de uma mesma empresa para comprovação dos quantitativos mínimos para habilitação técnica, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados concomitantemente. A PROPONENTE arrematante de mais de 1 (um) lote deverá comprovar qualificação técnica que suportem o exigido somando os requisitos respectivamente para cada lote.

11.4.6. O vínculo do(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) pela empresa deverá ser demonstrado apenas pela licitante vencedora, no momento da contratação (Decisão nº 002/2012 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF). É vedada a indicação de um mesmo engenheiro como responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as empresas envolvidas.

11.5. A comprovação será feita mediante apresentação de Declaração/Atestado de Capacidade Técnica Operacional - CTO, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE ARREMATANTE prestou ou está prestando, com resultados satisfatórios.

11.6. É vedada a indicação da mesma Declaração/Atestado de Capacidade Técnica Operacional - CTO, como instrumento de garantia para mais de uma empresa PROPONENTE.

11.7. Ainda que o contrato a que se refere o atestado tenha sido executado por um consórcio de empresas, do qual a atual licitante tenha feito parte, a Novacap somente poderá considerar, para fins de qualificação no presente procedimento licitatório, as parcelas que efetivamente foram executadas pela empresa licitante.

11.8. A LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

11.9. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Novacap possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

11.10. A Novacap se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, conforme artigo 85 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

11.11. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação.

## 12. DAS PROPOSTAS

12.1. Da apresentação da proposta:

12.1.1. A PROPONENTE deverá considerar, para efeito da elaboração de sua proposta de preço, que os respectivos quantitativos são aqueles apresentados no item "DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, DOS VALORES E DO SERVIÇO" deste Termo de Referência. Caso seja verificada, durante a execução do objeto, a necessidade de alterações nos quantitativos previstos, estas deverão respeitar as disposições do item "ALTERAÇÕES CONTRATUAIS" deste Termo de Referência.

12.1.2. Eventuais divergências detectadas pela PROPONENTE nos documentos elencados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS" deverão ser comunicadas a esta Companhia.

12.1.3. Após a assinatura do Contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos elencados no item "DOCUMENTOS TÉCNICOS" e anexos ao Edital, não cabendo-lhe quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos e nem de desconhecimento ou omissões.

12.1.4. As licitantes deverão apresentar o Demonstrativo de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado na proposta, e este deverá estar em conformidade com o modelo fornecido pela NOVACAP (Doc. SEI/GDF xxxxxx), conforme critério com ou sem desoneração adotado pela licitante, composto dos mesmos itens e calculado pela fórmula apresentada no modelo.

12.1.5. As licitantes deverão apresentar a composição de preço unitário do material no mesmo formato das apresentadas na Estimativa de Custo e Orçamento (Doc. SEI/GDF 148009683), nas seguintes condições:

12.1.5.1. A composição de preço unitário deverá expressar detalhadamente todos os insumos e serviços para sua formação – material e serviços associados, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, custos unitários e totais;

12.1.5.2. A composição de preço unitário deverá apresentar também os valores dos impostos incidentes no serviço e BDI;

12.1.5.3. A composição de preço unitário deverá estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na proposta da PROPONENTE;

12.1.5.4. O preço global da proposta deverá ser inferior ou no máximo igual ao estimado pelo DPJ (por lote).

12.1.5.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua entrega.

12.2. Das regras das fases de lances, de desempate, de negociação e de apresentação das propostas e de documentação:

12.2.1. Serão seguidas as regras apresentadas no art. 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

12.3. Dos critérios de desclassificação das propostas:

12.3.1. Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis;

12.3.2. Serão desclassificadas as propostas que descumpram especificações técnicas constantes do Edital;

12.3.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis;

12.3.4. Serão desclassificadas as propostas que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela NOVACAP;

12.3.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;

12.3.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preço unitário ou global superior ao estimado pelo DPJ.

12.3.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preço global simbólico, irrisório ou de valor igual a zero.

12.3.8. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário estiverem em desacordo com as disposições dos subitens expostos no item 12.

12.3.9. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário apresentem itens com custos unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta;

12.3.10. Serão desclassificadas as propostas que não apresentem Demonstrativo de BDI ou cujo Demonstrativo de BDI apresentado não estiver composto dos mesmos itens e/ou não estiver calculado pela fórmula apresentada no modelo fornecido pela Novacap (Doc. SEI/GDF 109078219).

12.3.11. Serão desclassificadas as proponentes que não comprovarem TODAS as qualificações técnicas exigidas no item "EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA".

## 13. EXIGÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. À luz da Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, e do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, para os contratos com valor global igual ou superior a R\$ 6.184.987,50 (seis milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa a ser contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da formalização da relação contratual, declaração de existência de Programa de Integridade nos termos da Lei nº 6.112, de 2018. O descumprimento das exigências referidas na Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, ensejará nas penalidades previstas na própria Lei.

13.2. Além da Declaração de existência de Programa de Integridade citada no subitem anterior, para celebração do contrato será exigida também a apresentação dos seguintes documentos pela empresa a ser contratada: a) Relatório de Perfil, nos termos do Anexo I do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020; b) Relatório de Conformidade do Programa, nos termos do Anexo II do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020.

13.3. O prazo máximo da entrega da documentação relacionada nos item 12 é de 5 (cinco) dias úteis a ocorrer a partir do recebimento da solicitação de envio desta documentação. O não cumprimento deste prazo ou a não entrega de qualquer dos documentos suprelacionados caracterizará o descumprimento das exigências referidas na Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018 e ensejará nas penalidades previstas na própria Lei.

13.4. A empresa CONTRATADA fica obrigada a implementar o PROGRAMA DE INTEGRIDADE de que trata a Lei n.º 6.112, de 2 de fevereiro de 2018, regulamentada pelo Decreto n.º 40.388, de 14 de janeiro de 2020, para os contratos com valor global igual ou superior a R\$ 6.184.987,50 (seis milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa a ser CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da formalização da relação contratual, declaração de existência de Programa de Integridade nos termos da Lei n.º 6.112, de 2018.

13.5. O Programa de Integridade da pessoa jurídica consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade, controle e auditoria, visando prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Distrito Federal.

13.6. Estão incluídos no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade o incentivo à denúncia de irregularidade, a instituição e aplicação do código de ética e de conduta e a aplicação e disseminação das boas práticas corporativas.

13.7. O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado segundo as características e os riscos atuais das atividades da pessoa jurídica, cabendo a esta garantir o constante aprimoramento e adaptação do Programa visando à garantia da sua efetividade. A exigência do Programa de Integridade dá-se a partir da celebração do contrato e o seu descumprimento poderá acarretar a aplicação de penalidades nos moldes descritos no artigo 8º da Lei n.º 6.112/2018.

## 14. VIGÊNCIA DOS CONTRATOS, PRAZOS, LOCAIS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. Previamente à formalização da proposta vencedora, a PROPONENTE VENCEDORA deverá fornecer à Novacap as planilhas orçamentária por ela elaboradas, com todas as composições auxiliares, em meio eletrônico, nos formatos PDF e Excel, com o mesmo conteúdo daquele vencedor da licitação.

14.2. Os contratos formalizados terão validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos por até 05 (cinco) anos, 60 (sessenta) meses.

14.3. Caberá à contratada, formalizar, no início do contrato, junto ao executor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação entre contratante e contratada.

14.4. As condições para prorrogação de prazo dos contratos são as dispostas nos artigos 177 e 178 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

14.5. A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após assinatura do Contrato ou respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

14.6. Os serviços contratados, objeto do presente Termo de Referência deverão ser executados em áreas verdes públicas urbanas, conforme cronograma fornecido pela Contratante.

Intervenções	Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
--------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Desbrota	0,50	0,53	0,56	0,59	0,61	0,64	0,67	0,69	0,72
Poda combinada 1	0,76	1,15	1,53	1,91	2,29	2,67	3,05	3,43	3,81
Poda combinada 2	0,86	1,28	1,71	2,13	2,56	2,98	3,40	3,83	4,25
Poda combinada 3	0,95	1,42	1,88	2,35	2,82	3,29	3,76	4,22	4,69
Poda de condução	0,20	0,30	0,40	0,50	0,60	0,70	0,80	0,90	1
Poda de correção	0,50	0,84	1,17	1,50	1,83	2,16	2,49	2,82	3,15
Poda de equilíbrio	1,00	1,43	1,87	2,31	2,75	3,19	3,62	4,06	4,50
Poda de galhos secos e quebrados	1,00	1,43	1,87	2,31	2,75	3,19	3,62	4,06	4,50
Poda de levantamento de copa	0,50	0,61	0,71	0,82	0,93	1,03	1,14	1,24	1,35
Poda de liberação de equipamentos públicos	1,00	1,33	1,65	1,98	2,30	2,63	2,95	3,28	3,60
Poda de liberação de fachada / telhado	1,00	1,33	1,65	1,98	2,30	2,63	2,95	3,28	3,60
Poda de liberação de projeção	1,00	1,33	1,65	1,98	2,30	2,63	2,95	3,28	3,60
Poda de redução de altura	0,75	1,05	1,35	1,65	1,95	2,25	2,55	2,85	3,15
Poda de redução de diâmetro de copa	0,75	1,22	1,69	2,16	2,62	3,09	3,56	4,03	4,50
Poda sanitária	0,50	0,67	0,83	0,99	1,15	1,31	1,48	1,64	1,80
Poda de limpeza de palmeiras	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1
Remoção de árvore caída	0,502	1,283	2,064	2,845	3,626	4,407	5,188	5,969	6,75
Remoção de árvore morta	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Remoção de galho caído	0,502	1,283	2,064	2,845	3,626	4,407	5,188	5,969	6,75
Remoção de toco	0,5	0,85	1,2	1,55	1,9	2,25	-	-	-
Remoção de tronco com Munck	0,5	0,76	1,02	1,28	1,54	1,8	-	-	-
Supressão	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Tabela 37

18.6. Nos casos de eventuais supressões de árvores classificadas como de complexidade excepcional, que incluem obrigatoriamente locais de acesso à poda identificados pelo fiscal responsável como de difícil acesso, e árvores de grande porte, com altura superior a 20 metros e diâmetro maior que 250 centímetros, será possível uma remuneração extra de 9 Unidades de Corte (UC) adicionais para serviços que demandem mais de 2 dias. Caso a supressão não seja concluída até o 3º dia, haverá uma remuneração adicional de 0,5 UC por dia, limitada ao sexto dia de remuneração extra. Após este período, não haverá nenhum acréscimo no valor.

18.7. Para a remuneração adicional, a contratada deverá justificar e comprovar a complexidade da execução, a ser aprovada pelo executor/Chefe do Departamento de Parques e Jardins.

18.8. O Valor da UC de cada lote está disposta na tabela abaixo.

LOTES	REGIÕES ADMINISTRATIVAS	VALOR UC (orçamento da Dioc)
1	Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal, Cruzeiro e Sia	R\$ 419,39
2	Lago Sul, São Sebastião e Jardim Botânico	R\$ 322,67
3	Paranoá, Lago Norte/Taquari, Varjão e Itapoã	R\$ 446,01
4	Planaltina, Sobradinho I e II, Fercal e Arapoanga	R\$ 458,51
5	Guará I e II /Lúcio Costa, Candangolândia, Vicente Pires	R\$ 360,24
6	Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I e Riacho Fundo II, Park Way	R\$ 446,01
7	Taguatinga, Samambaia, Águas Claras, Arniqueira, SCIA/Estrutural	R\$ 429,75
8	Brazlândia, Ceilândia, Por do sol/Sol Nascente	R\$ 429,75
9	Gama, Santa Maria e Recanto das Emas, Água Quente	R\$ 429,75

Tabela 5

18.9. Os serviços só serão considerados aptos para pagamentos após a conclusão de todas as etapas do objeto do presente Termo de Referência. Caso alguma etapa não seja realizada, o pagamento do serviço não será feito.

18.10. Uma vez que o serviço de manutenção de indivíduos arbóreos é registrado, no momento da vistoria, no SGIA pelo técnico/engenheiro do DPJ, automaticamente, é atribuído um nível de dificuldade para aquela execução (a sistematização da atribuição do Nível consta no Estudo Técnico Preliminar doc SEI 144968393).

18.11. Os níveis de dificuldade variam de 0 a 8, sendo 0 o menor nível de dificuldade e 8 o maior nível de dificuldade.

18.12. E para cada tipo de serviço, existe um nível e um valor de UC a ser pago.

18.13. Após aceitação do serviço por parte do fiscal do contrato e apresentação da documentação exigida no Edital e/ou Contrato, o pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua

apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, nas condições no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

18.14. Caso a Contratante não entregue a documentação obrigatória e integrante ao processo de pagamento, o pagamento não será feito.

18.15. **Do reajuste contratual:**

18.15.1. O reajuste contratual seguirá o determinado na Decisão nº 3188/2023-TCDF, Item II, letra "b", *in verbis*:

"b) a escolha do marco inicial para a contagem do prazo de um ano para fins de concessão do reajuste de preços encontra-se alocada na esfera de discricionariedade do gestor, cujas alternativas são limitadas pelo art. 3º, § 1º, da Lei n.º 10.192/2001, a saber: **1. a data limite para apresentação de propostas para a licitação**; ou 2. a data do orçamento estimativo do certame;"

18.15.2. O reajuste contratual será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da **data limite para apresentação de propostas para a licitação**, utilizando-se o índice Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

18.15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a NOVACAP pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação anual conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.15.5. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de componentes não previstos na proposta inicial, exceto, quando se tomarem obrigatórios por força de instrumento legal, ficando a comprovação do novo, a cargo da CONTRATADA.

18.15.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para o reajuste será, **obrigatoriamente**, o definitivo, não ficando a Novacap obrigada a pagamentos de valores remanescentes.

18.15.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.15.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.15.9. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

18.15.10. Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o art. 28 da Lei nº 9.069/1995.

18.16. **Do reequilíbrio econômico-financeiro:**

18.17. Para fins reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser concedido a qualquer tempo conforme disposto na Instrução Normativa nº 367/2022 - NOVACAP/PES/ASESP (Reequilíbrio).

18.17.1. A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro tem como foco o ajuste dos preços estabelecidos nas propostas visando manter a sua sustentabilidade econômica diante de fatos extraordinários e extracontratuais.

18.17.2. De acordo com o disposto no art. 212 do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, a revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será formalizado por ADITAMENTO CONTRATUAL e precedido, obrigatoriamente, de manifestação do fiscal do contrato e de análise jurídica.

18.18. **Do repactuação (art. 198 a 208 do RLC - NOVACAP):**

18.18.1. 13.11.8.1. A repactuação contratual tem como finalidade a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, vinculados à apresentação das propostas para os custos decorrentes do mercado e com data vinculada ao Acordo Coletivo de Trabalho ou à Convenção Coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra. É o que dispõe o §1º do artigo 201 do RCL da Companhia, senão vejamos:

art. 201. Será concedida repactuação nos contratos de prazo de duração igual ou superior a 12 (doze) meses.

§ 1º O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação será contado da:

I - data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra;

II - data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos **custos com a execução do serviço decorrentes do mercado**, tais como materiais e equipamentos necessários à execução do serviço.

§ 2º Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação. (Grifo nosso)

18.18.2. A repactuação será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da **data limite para apresentação de propostas para a licitação**, utilizando-se o Acordo Coletivo de Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

18.18.3. A CONTRATADA deverá, apresentar a solicitação formal acompanhada da demonstração analítica da variação dos custos, nos termos dos procedimentos dispostos no RLC desta Companhia, bem como, aqueles do Parecer Referencial n.º 7/2020-PGDF a seguir *in verbis*:

(i) requerimento da contratada, acompanhado da planilha da época da proposta e planilha atual;

(ii) prova cabal de sua alegação, com demonstração analítica da variação do preço;

(iii) parecer econômico da Administração, atestando pela conformidade das alegações do contratado com a realidade;

(iv) pesquisa de preços pela unidade técnica responsável, comprovando que o preço repactuado é menor que o preço de mercado; e

(v) compatibilidade do reequilíbrio com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

18.18.4. O direito à repactuação deverá ser exercido durante a vigência do Contrato, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, senão vejamos:

"art. 205. O direito à repactuação deve ser exercido e solicitado durante a vigência contratual.

Parágrafo único. Ocorrerá a preclusão do direito à repactuação não solicitada com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato. (grifo nosso)"

18.18.5. Para as repactuações subsequentes a primeira, o interregno mínimo de um ano, será contado a partir dos efeitos financeiros da última repactuação.

18.18.6. A REPACTUAÇÃO poderá ser realizado por meio do TERMO DE APOSTILAMENTO, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, que deverá ser formalizada por termo de aditamento, nos termos dispostos no art. 207 do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia.

## 19. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

19.1. O Fiscal do Contrato irá fiscalizar/avaliar a qualquer momento a execução do serviço contratado observando os Índices de Medição de Resultado descritos na Tabela 06.

19.2. Cada item da tabela há uma pontuação que será multiplicado pela sua recorrência. O somatório da multiplicação do índice pela recorrência irá compor a pontuação final, conforme Tabela 06 - Índice de Medição de Resultado. A pontuação final por sua vez representará uma porcentagem de glosa no valor total da nota fiscal, conforme Tabela 07 - Glosa.

19.3. Se identificado qualquer inconsistência apontada na Tabela 06 deste item, será efetuada glosa no valor total da Nota Fiscal de acordo com o somatório dos Índices indicado na Tabela 07.

Item	Descrição do item	Pontuação	Recorrência(fator multiplicador)	Soma
1	<50 % de realização de serviços segundo quantidade de Unidade de Corte(UC) disponibilizada no cronograma mensal estabelecido pelo Técnico Responsável por PSA	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 1	Pontuação x recorrência

2	Realizar Serviço de Baixa Qualidade: "Deixar cabides", realizar serviço em desacordo com especificado na Ordem de Serviço.	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 2	Pontuação x recorrência
3	Falha na Limpeza da Área: Não realizar a remoção total de resíduos e limpeza da área após a poda ou corte de árvore e remoção de toco no prazo de 3 dias.	3	Número de ocorrências em que foi constatado o item 3	Pontuação x recorrência
4	Falha no Tempo de Resposta para Atendimento de Demanda Emergencial: Tempo entre a solicitação do serviço e a execução da poda ou corte (prazo de 4h)	4	Número de ocorrências em que foi constatado o item 4	Pontuação x recorrência
5	Falha na Segurança: Realizar serviços sem EPI, sem isolamento adequado do local, ou qualquer outra atitude que coloque em risco o patrimônio particular/público e as pessoas.	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 5	Pontuação x recorrência
6	Falha Cumprimento de Normas Ambientais: Garantia de que todas as atividades de poda estão em conformidade com as legislações ambientais vigentes.	3	Número de ocorrências em que foi constatado o item 6	Pontuação x recorrência
7	Causar Danos Materiais: Quebrar calçadas, equipamentos públicos ou bens particulares.	1	Número de ocorrências em que foi constatado o item 7	Pontuação x recorrência
8	Estacionamento Inadequado: transitar ou estacionar equipamentos em locais proibidos, como em cima da calçada ou sobre as áreas verdes	1	Número de ocorrências em que foi constatado o item 8	Pontuação x recorrência
9	Falha na Capacitação da Equipe: Avaliação da qualificação e treinamento dos profissionais envolvidos na poda.	2	Número de ocorrências em que foi constatado o item 9	Pontuação x recorrência
10	Falha na Composição de Equipe: Falta de funcionários e/ou equipamentos para a operação, em desacordo com a equipe mínima estabelecida.	1	Número de ocorrências em que foi constatado o item 10	Pontuação x recorrência
11	< 50% de realização de destocamento presente cronograma mensal estabelecido pelo Técnico Responsável por PSA	3	Número de ocorrências em que foi constatado o item 10	Pontuação x recorrência
Total				Pontuação Final

Tabela 39 - Índice de Medição de Resultados

Pontos	Glosa (%)
1 - 10	1%
11 - 25	2% - 5%
26 - 40	6% - 15%
> 40	15%

Tabela 40 - Glosa

- 19.4. No caso de falta de equipamentos ou pessoal, estes serão glosados da fatura, na proporção das horas paradas conforme Relatório de Fiscalização Diária.
- 19.5. A aplicação das glosas deste IMR independe daquelas relativas à falta de equipamentos ou pessoal previstos no item 19.4. e serão aplicadas concomitantemente.
20. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**
- 20.1. Fica vetado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação contratual, durante a celebração do contrato, não autorizada pela Diretoria de Urbanização.
- 20.2. Serão admitidos acréscimos e supressões, em conformidade com a Lei 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, e desde que a solicitação de acréscimo/supressão pela CONTRATADA não corresponda a um risco alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da própria CONTRATADA.
- 20.3. Todos e quaisquer pedidos de alterações do contrato ou da Nota de Empenho deverão ser dirigidos ao executor do contrato o qual submeterá a Diretoria correspondente, após análise da admissibilidade.
- 20.4. Caso haja alterações nos parâmetros de aprovação, habilitação e/ou licenciamento durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá promover regularização junto aos órgãos competentes.
- 20.5. As alterações contratuais deverão obedecer ao disposto no art. 179 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (SEI N° 148245850).
21. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 21.6. Receber o objeto no prazo se atendidas, pela CONTRATADA, as condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 21.7. Verificar a conformidade do serviço a ser executado com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação do serviço e do pagamento;
- 21.8. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução dos serviços de manutenção arbórea nas áreas verdes públicas urbanas em desacordo com o previsto neste Termo de Referência;
- 21.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de empregado ou comissão especialmente designados;
- 21.10. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.
- 21.11. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 21.12. A Contratante indicará empregados com formação em Engenharia Florestal ou Agronomia ou Técnico Agrícola como executores dos contratos.
22. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 22.1. A CONTRATADA deve cumprir TODAS as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 22.2. Realizar o transporte do material de forma adequada, efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, no prazo e local constantes neste Termo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 22.2.1. A empresa CONTRATADA deverá arcar com os custos diretos e indiretos relativos à manutenção dos indivíduos arbóreos, indicado pelo DPI, inclusive com todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidir sobre o objetivo desta licitação.
- 22.2.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como, exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 22.2.3. A CONTRATADA deve efetuar a execução dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo e seus anexos. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo, o objeto mal executado imediatamente após o recebimento do comunicado.
- 22.2.4. A CONTRATADA será responsável por eventuais danos causados ao patrimônio público ou privado, às pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes da execução direta ou indireta dos serviços previstos no presente procedimento administrativo;
- 22.2.5. A CONTRATADA deverá fazer a sinalização de segurança em vias públicas para alertar motoristas e pedestres quanto da realização dos serviços.
- 22.2.6. A CONTRATADA deve cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre Segurança e Medicina do Trabalho.
- 22.2.7. É responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das eventuais obrigações patronais previstas na legislação e/ou em acordos coletivos de trabalho.
- 22.2.8. Correrá por conta da CONTRATADA **qualquer prejuízo**, tanto em equipamento público como particular, causado durante a execução dos serviços, inclusive eventuais quebras de vias e calçadas, quebras de vidro de carro, acidente de carro, dentre outros, que deverão ser REPARADAS no prazo máximo de 05 dias úteis sob pena de GLOSA ou RETENÇÃO dos valores e custos verificados pela Companhia.
- 22.2.9. É de responsabilidade da CONTRATADA, fornecer, às suas expensas, todos os materiais e insumos necessários à execução dos serviços e atendimento de seus funcionários na abrangência do objeto contratual.
- 22.2.10. É obrigatório por parte da CONTRATADA a manutenção de um responsável técnico com poder de decisão em contato com o DPI para, sempre que necessário, resolver possíveis falhas na execução dos serviços.
- 22.2.11. Todos empregados deverão usar uniformes, conforme Termo de Referência, e EPIs completos e adequados para cada atividade do serviço executado, de modo que os mesmos se apresentem, diariamente, no melhor aspecto de higiene e limpeza possível, com identificação conforme estabelece as normas de segurança e saúde do trabalhador, do Ministério do Emprego.
- 22.2.12. Efetuar a execução do serviço conforme especificações, no prazo e local constantes neste Termo e seus anexos;
- 22.2.13. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, com a devida comprovação e no prazo que anteceder a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para a execução do serviço.
- 22.2.14. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 22.2.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições fiscais da licitação;
- 22.2.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo DPI, durante a execução do Contrato;
- 22.2.17. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 22.2.18. O serviço deverá ser executado no prazo e no quantitativo conforme solicitado pelo executor do contrato.
- 22.2.19. Fornecer a composição de custo/preço detalhada do produto em questão, conforme Especificação e atendendo o item "DAS PROPOSTAS".
- 22.2.20. Formalizar, no início do contrato, junto ao Executor do contrato, os telefones e/ou outros meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, visando a comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA para tratar da execução do serviço contratado.
- 22.2.21. Cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente das especificações técnicas, e respondendo por qualquer crime ambiental que venha a praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.
- 22.3. A Contratada deverá observar o percentual de reserva de vagas de trabalho para pessoas em situação de rua, conforme previsto no Decreto nº 45.846 de 27 de maio de 2024.

## **23. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

### **23.1. Da Responsabilidade Civil**

- 23.1.1. A responsabilidade civil da CONTRATADA obedecerá ao disposto no RLC desta NOVACAP, bem como, legislação vigente.

### **23.2. Da Responsabilidade Penal**

- 23.2.1. Aplicam-se ao Contrato a ser firmado, as normas de direito penal contidas nos Arts. 89 a 99, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os demais dispositivos da norma, a fim de suprir lacunas existentes na Lei n.º 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos desta Urbanizadora.

### **23.3. Da Responsabilidade Administrativa**

- 23.3.1. Aplica-se à CONTRATADA, as disposições constantes no MANUAL DE POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, documento SEI n.º 44106189, bem como, CÓDIGO DE ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE documentos SEI n.º 44106189.

### **23.4. Da Responsabilidade Trabalhista**

- 23.4.1. Compete exclusivamente a CONTRATADA, na execução do objeto deste Termo de Referência, observar as normas que integram o regime jurídico admitido para a relação trabalhista com seus contratados, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, legislações complementares, normas regulamentadoras dos órgãos competentes para a pauta e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução dos serviços.
- 23.4.2. O CONTRATO, oriundo do deste certame, não gerará qualquer vínculo empregatício entre a NOVACAP, a CONTRATADA e seus profissionais, e, ainda, de profissionais de empresas CONTRATADAS pela CONTRATADA, não cabendo à NOVACAP nenhuma responsabilidade trabalhista ou previdenciária em função dos serviços prestados.
- 23.4.3. A CONTRATADA obriga-se a responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, sendo, em quaisquer circunstâncias, considerada como exclusiva empregadora e única responsável por qualquer ônus que a NOVACAP venha a arcar, em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.
- 23.4.4. Os encargos trabalhistas, sociais, fiscais e previdenciários e outras obrigações legais e administrativas decorrentes de vínculo empregatício da CONTRATADA com seus empregados são de sua exclusiva responsabilidade.
- 23.4.5. A CONTRATADA é obrigada a pagar em dia os salários de seus empregados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes de suas contratações, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- 23.4.6. Fica a CONTRATADA obrigada a comunicar à NOVACAP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação/citação, qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados e relacionada a serviços prestados na NOVACAP.
- 23.4.7. Vindo a NOVACAP a responder por qualquer ação ou reclamação proposta por empregados da CONTRATADA, pessoas a seu serviço ou qualquer terceiro, estará expressamente autorizada a, mediante simples comunicação escrita, reter e utilizar os créditos de titularidade da CONTRATADA, até o montante necessário para o ressarcimento integral da obrigação exigida, incluindo custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

23.4.8. Configurada a inadimplência da CONTRATADA quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, desde já, a NOVACAP está autorizada a proceder ao bloqueio de faturas, cujos créditos serão utilizados no pagamento das referidas obrigações, diretamente aos trabalhadores que prestam/prestaram serviço, objeto do Contrato firmado entre a NOVACAP e a VENCEDORA DO CERTAME;

23.4.9. O estabelecido no item acima não exclui a prerrogativa da NOVACAP de utilizar o valor da garantia, se for o caso, para pagamento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, caso a CONTRATADA não comprove a quitação dos mencionados encargos nos prazos legais.

23.4.10. A CONTRATADA deverá realizar os serviços conforme determinação do empregado escolhido por esta Companhia para fiscalizar/executar o contrato.

23.4.11. Deverá contratar profissionais especializados, cabendo-lhe em relação às pessoas vinculadas às operações correlatas ao cumprimento do objeto deste Termo de Referência, total e exclusiva responsabilidade, por todas as despesas e/ou encargos de qualquer natureza, arcando com as penalidades advindas de todas as legislações que regem os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidade, com ênfase na tributária, cível, previdenciária, trabalhista, acidente do trabalho e/ou outros semelhantes, bem como assistência médica e/ou outros assemelhados, cedendo cópia de comprovação de quitação à NOVACAP, sempre que necessário.

23.4.12. A CONTRATADA deverá restituir à NOVACAP, todas as despesas que esta tiver que efetuar para suprir as falhas ocorridas na prestação dos serviços, objeto deste ato, em consequência da ação ou omissão da CONTRATADA, ou de seus empregados. Deverá, ainda, atender aos dispositivos da Lei n.º 9.032/95, apresentando para a NOVACAP, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente ao de competência, cópia de sua folha de pagamento e sequência normal dos pagamentos mensais, subsequentes ao primeiro mês. Igualmente, obriga-se a reembolsar, à NOVACAP, todas as despesas que esta tiver, decorrente de:

- a) Reconhecimento judicial de vínculo empregatício de seus empregados, com a NOVACAP ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico;
- b) Reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiário da NOVACAP ou de qualquer outra empresa do mesmo grupo econômico, no cumprimento das obrigações trabalhista e/ou previdenciárias CONTRATADA(S); e
- c) Indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos causados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução de suas atividades.

23.4.13. A CONTRATADA é responsável pela fiel execução dos serviços compreendidos na presente especificação, assim como outros que durante a execução do contrato poderão advir, os quais serão adaptados conforme a necessidade da NOVACAP e a ela oficializados, independente de termo aditivo.

23.4.14. É reservado à NOVACAP o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, devidamente fundamentado, nos termos do RLC.

23.4.15. A NOVACAP não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

23.4.16. Todos os veículos, equipamentos e uniformes deverão ser identificados com todos os dados relativos ao Lote e Contrato, sendo obrigatória tal identificação para todos os veículos, equipamentos, crachás de pessoal, etc., conforme item 28.2 "ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS EXIGIDAS", constante no "ANEXO I - DETALHAMENTO DE EQUIPES E ESPECIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS"

### 23.5. **Da Responsabilidade com Segurança do Trabalho e Higiene**

23.5.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo equipamento de proteção individual e coletiva necessários para o desempenho de cada atividade específica, a todos os que trabalham ou permaneçam em área de risco, sendo responsável pela orientação e FISCALIZAÇÃO da utilização destes, devendo estar, permanentemente, em condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas.

23.5.2. A CONTRATADA deverá exigir que seus empregados, quando em serviço, utilizem todos os equipamentos de proteção individual (EPI) na realização de atividades que assim os exijam, tais como: capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, etc., observando as regras de segurança, higiene e apresentação pessoal.

23.5.3. Caberá à CONTRATADA manter no local de execução dos serviços, material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado, e aos cuidados de pessoas treinadas para manipulá-los, conforme disciplina a NR 07 do Ministério do Trabalho.

23.5.4. Caso seja necessária a execução de canteiro de obras para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá manter neste os equipamentos de proteção contra incêndio na forma da legislação e demais normas vigentes.

23.5.5. A CONTRATADA deverá providenciar, às próprias custas, a execução de toda a sinalização, inclusive viária, e isolamento das frentes de serviço, visando à segurança dos usuários do local e de transeuntes, de acordo com as normas do DETRAN/DF, ficando responsável por qualquer acidente que porventura venha a ocorrer por falta ou deficiência de sinalização. É de total responsabilidade da CONTRATADA a sinalização do local de execução dos serviços, incluindo placas, cavaletes, cones de segurança, barreiras móveis, delimitadores com fita retrátil, grades de isolamento, etc., a fim de que, se atenda aos requisitos legais e, bem como, informe sobre os transtornos durante a execução dos serviços, orientando os usuários e populares quanto a possíveis riscos de acidentes, conforme legislação pertinente.

23.5.6. A CONTRATADA deverá tomar todas as medidas que se fizerem necessárias com vistas à total segurança de terceiros, construindo tapumes e sinalizando o local de execução dos serviços, segundo as Normas de Segurança do Trabalho.

23.5.7. A CONTRATADA deverá cuidar para que os profissionais, das equipes residentes e outros que venham a prestar serviços, se apresentem devidamente identificados (crachá da empresa) e uniformizados, devendo fornecer-lhes uniformes completos, nos padrões de eficiência, higiene e equipamentos de proteção individual em atendimento à NR 06, inclusive calçados apropriados a cada ofício.

23.5.8. A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, à FISCALIZAÇÃO o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de seus empregados, e as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento aos princípios e disposições da NR 07 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

23.5.9. A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais.

23.5.10. A CONTRATADA deverá atender à Lei n.º 6514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho:

- art. 162 - As empresas, segundo as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET)
- art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nas especificadas.

23.5.11. A CONTRATADA deverá atender a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aprovadas, em especial:

- a) NR-04: O dimensionamento do SESMET vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma. (aplicado somente para empresas que possuam acima de 100 empregados);
- b) NR-05: A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma. (Aplicado somente às empresas que, para execução do contrato, necessitem dispor de mais de 20 de seus empregados);
- c) NR - 06: Trata de Equipamentos de Proteção Individual;
- d) NR-07: Trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- e) NR-10: Trata da Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- f) NR-12: Trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- h) NR-15: Trata de Atividades e Operações Insalubres;
- i) NR-16: Trata de Atividades e Operações Perigosas;
- j) NR-18: Trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- l) NR-35: Trata da realização de Trabalho em Altura.

### 23.6. **Da Responsabilidade Ambiental**

23.6.1. A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes. Os critérios e procedimentos referentes a resíduos deverão considerar a Lei Federal – PNRS 12.305/2010, Lei n.º 4.704/2011, Resolução n.º 307/2002 do CONAMA, as normas Brasileiras – ABNT e demais legislações e normas vigentes e, deverá:

- a) Respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços executados, em especial no que tange o Decreto n.º 39.968 de julho de 2019;
- b) Utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- c) Zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela execução dos serviços; e
- d) Realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição no local de execução dos serviços em observância ao disposto nos artigos. 15 a 19 da Lei Distrital n.º 5.418, de 2 de agosto de 2010, e art. 12 da Lei 4.702 de 20 de dezembro de 2011 devem submeter seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS ou Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC junto ao órgão competente.

23.6.2. Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela NOVACAP e, realizar o descarte dos rejeitos consoante à legislação pertinente e demais normas vigentes e, cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação deste Termo de Referência.

#### 23.7. Da Gestão Ambiental

- 23.7.1. A CONTRATADA deverá respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelos serviços executados.
- 23.7.2. A CONTRATADA deverá executar medidas de mitigação dos danos ambientais e de compensação ambiental definidas no licenciamento ambiental e na legislação em vigor.
- 23.7.3. A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.
- 23.7.4. A CONTRATADA deverá avaliar impactos de vizinhança que possam ser causadas pela execução dos serviços, na forma da legislação urbanística.
- 23.7.5. A CONTRATADA deverá zelar pela proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, cujo impacto possa ser causado pela execução dos serviços.
- 23.7.6. A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação e demais normas vigentes, contemplando a análise de contaminação do solo, prevenção de poluição no local de execução dos serviços.
- 23.7.7. Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela NOVACAP e realizar o descarte dos rejeitos de acordo com a legislação pertinente e demais normas vigentes.
- 23.7.8. A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou das especificações dos projetos de engenharia.
- 23.7.9. A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.
- 23.7.10. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, tais como:
  - a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;
  - b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; e
  - c) Capacitação periódica dos empregados para a redução de desperdícios, dentre outras.

#### 23.8. Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental

- 23.8.1. Conforme a Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, devem ser adotadas boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:
  - a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas poluentes;
  - b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - c) Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poliuição; e
  - d) Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas segundo o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19 de janeiro de 2010.
- 23.8.2. Todos os materiais e peças empregados pela arrematante deverão buscar a redução de impactos ambientais, ficando a CONTRATADA obrigada a:
  - a) Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis;
  - b) Priorizar o emprego de mão de obra e materiais de origem local para execução e operação do objeto;
  - c) Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e
  - d) Usar, preferencialmente, equipamentos que em funcionamento emitam o mínimo possível de gases poluentes e gerem ruídos nos limites da Resolução CONAMA n.º Resolução n.º 490 DE 16/11/2018 e da Norma Brasileiras - ABNT NBR ISO 14064 de 2016.
- 23.8.3. A NOVACAP reserva-se o direito de exigir tais comprovações, que poderão ser feitas mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências ambientais vigentes.
- 23.8.4. A CONTRATADA deverá respeitar as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos dispostas no presente documento.
- 23.8.5. A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.
- 23.8.6. A CONTRATADA, no desempenho de suas atividades, deverá realizar o correto gerenciamento ambiental de todo tipo de resíduo, no que tange à coleta, trituração e transporte, em atendimento à legislação e demais normas vigentes.
- 23.8.7. Os materiais remanescentes de serviços executados serão selecionados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo a CONTRATADA alocar o material aproveitável em área a ser definida pela NOVACAP e realizar o descarte dos rejeitos conforme a legislação pertinente e demais normas vigentes.
- 23.8.8. A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente e demais normas vigentes, independentemente do detalhamento e/ou da especificação deste ato.
- 23.8.9. A CONTRATADA responderá pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

#### 24. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

- 24.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e aquelas previstas em Lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 24.2. Os motivos para rescisão do contrato são os apresentados no art. 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap com exceção do inciso XXIV por força de decisão do Senhor Presidente da NOVACAP, ad referendum do Conselho de Administração, contida no Memorando Nº 23/2021 - NOVACAP/PRES.
- 24.3. Conforme o art. 249 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap, a rescisão do contrato será efetivada e reduzida a termo: por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, nas hipóteses previstas no artigo 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap; ou de forma amigável, por acordo entre as partes.
- 24.4. As consequências decorrentes de rescisão por ato unilateral da NOVACAP são as apresentadas no art. 250 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.

#### 25. DAS SANÇÕES

- 25.1. Conforme o art. 251 ao 263 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:

- 25.1.1. As sanções aplicáveis pela NOVACAP na presente contratação são: advertência; multa; ou suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 25.1.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.
- 25.1.3. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 25.1.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.
- 25.1.5. Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
- 25.1.6. O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 25.1.7. A advertência e a suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos poderão ser aplicadas juntamente com a multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 25.1.8. O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.
- 25.1.9. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP por prazo não superior a 2 (dois) anos implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.
- 25.1.10. A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.
- 25.1. As sanções serão aplicadas conforme os procedimentos apresentados na SEÇÃO XIII do CAPÍTULO I do TÍTULO IV do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap.
- 25.5.1. Cabe à Diretoria de Urbanização a identificação do quantum das sanções a serem aplicadas.
- 25.6. Serão aplicadas multas nas seguintes situações, em consonância com o artigo 259 do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap:
- I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- IV- 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa 95 parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- V – até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- 25.7. A CONTRATANTE poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho sem prejuízo das penalidades previstas no item "DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO" e de outras previstas em lei.

## 26. RECURSOS E ARBITRAGENS

- 26.1. A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões superiores, sendo o DJP a 1ª Instância de Juízo, caso se sinta prejudicada, quanto a qualquer decisão do executor ou do fiscal do contrato sobre assuntos não previstos no Termo de Referência ou no contrato de que faz parte.

## 27. MATRIZ DE RISCOS

- 27.1. Mapa de Riscos NOVACAP/PRES/DU/DPJ (146866157)

28. **ANEXO I - DETALHAMENTO DE EQUIPES E ESPECIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

- 28.1. Detalhamento das equipes:

PSA - Equipe de Poda e Supressão	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9
Formação	Quantidade								
Colaboradores									
Encarregado	15	3	2	4	4	2	3	3	3
Operador de máquinas e Equipamentos	30	6	4	8	8	4	6	6	6
Motorista de veículo pesado	15	3	2	4	4	2	3	3	3
Servente	45	9	6	12	12	6	9	9	9
Veículos e Equipamentos									
Equipamento de corte	30	6	4	8	8	4	6	6	6
Caminhão com cabine suplementar	15	3	2	4	4	2	3	3	3
Materiais auxiliares (consumo anual)									
Escada extensiva	15	3	2	4	4	2	3	3	3
corda de sisal alcatroadas com 3 cordões de 1"	750	150	100	200	200	100	150	150	150
corda de sisal alcatroadas com 3 cordões de 1/2"	750	150	100	200	200	100	150	150	150
corda de sisal alcatroadas com 3 cordões de 3/4"	750	150	100	200	200	100	150	150	150
Cone	120	24	16	32	32	16	24	24	24

LTRRV - Equipe de Limpeza, trituração e remoção de resíduos vegetais	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9
Formação	Quantidade								
Colaboradores									
Motorista de veículo pesado	16	2	2	6	4	2	4	4	4
Servente	32	4	4	12	8	4	8	8	8
Veículos e Equipamentos									
Caminhão de cabine suplementar	8	1	1	3	2	1	2	2	2
Triturador	8	1	1	3	2	1	2	2	2
Caminhão basculante	8	1	1	3	2	1	2	2	2
Materiais auxiliares (consumo anual)									
Lona	8	1	1	3	2	1	2	2	2
Vassoura	96	12	12	36	24	12	24	24	24
Pá	32	4	4	12	8	4	8	8	8
Rastelo	32	4	4	12	8	4	8	8	8
Carrinho de mão	16	2	2	6	4	2	4	4	4
Cone	64	8	8	24	16	8	16	16	16
A17P - Equipe de apoio à equipe PSA (Elevação até 17m)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9
Formação	Quantidade								
Colaboradores									
Motorista de veículo pesado	11	1	1	1	1	1	1	1	1
Servente	11	1	1	1	1	1	1	1	1
Veículos e Equipamentos									
Caminhão carroceria Guindaste - SKY, com cesto aéreo (altura mínima 17m)	11	1	1	1	1	1	1	1	1
OBS: Equipe com a finalidade de auxiliar a equipe de poda e supressão (PSA), nas operações que não possam ser resolvidas somente com escada (altura entre 5 e 17m)									
A25G - Equipe de apoio à equipe PSA (Elevação entre 18 e 25m)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9
Formação	Quantidade								
Colaboradores									
Motorista de veículo pesado	2			1					
Servente	2			1					
Veículos e Equipamentos									
Caminhão carroceria Guindaste - SKY, com cesto aéreo (altura mínima 25m)	2			1					
OBS: Equipe com a finalidade de auxiliar a equipe de poda e supressão (PSA), nas operações que não possam ser resolvidos somente com escada (altura entre 17 a 25m)									
APL - Equipe de apoio à equipe PSA com Plataforma (Elevação superior A 12m)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9
Formação	Quantidade								
Colaboradores									
Motorista de veículo leve	1		1	1	1	1	1	1	1
Servente	1		1	1	1	1	1	1	1
Veículos e Equipamentos									
Plataforma articulada	1		1	1	1	1	1	1	1
Caminhonete de transporte para plataforma articulada	1		1	1	1	1	1	1	1
RTP - Equipe de Recolhimento de troncos (Carga 12t/2m)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9
Formação	Quantidade								
Colaboradores									

Motorista de veículo pesado	3	1	1	1	1	1	1	1	1
Servente	3	1	1	1	1	1	1	1	1
Veículos e Equipamentos									
Caminhão truck com guindauto, tipo MUNCK (45)	3	1	1	1	1	1	1	1	1
EDT - Equipe de Destocamento	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9
Formação	Quantidade								
Colaboradores									
Motorista	7	1	1	1	2	1	1	1	1
Encarregado	7	1	1	1	2	1	1	1	1
Operador De Máquina	7	1	1	1	2	1	1	1	1
Servente	7	1	1	1	2	1	1	1	1
Veículos e Equipamentos									
Destocador Móvel	7	1	1	1	2	1	1	1	1
Caminhonete com Sistema Reboque ou De Rampa Transporte Do Equipamento	7	1	1	1	2	1	1	1	1
Enxada	7	1	1	1	2	1	1	1	1
Coordenador Geral	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7	Lote 8	Lote 9
Formação	Quantidade								
Engenheiro Agrônomo ou Florestal	2	1	1	1	1	1	1	1	1

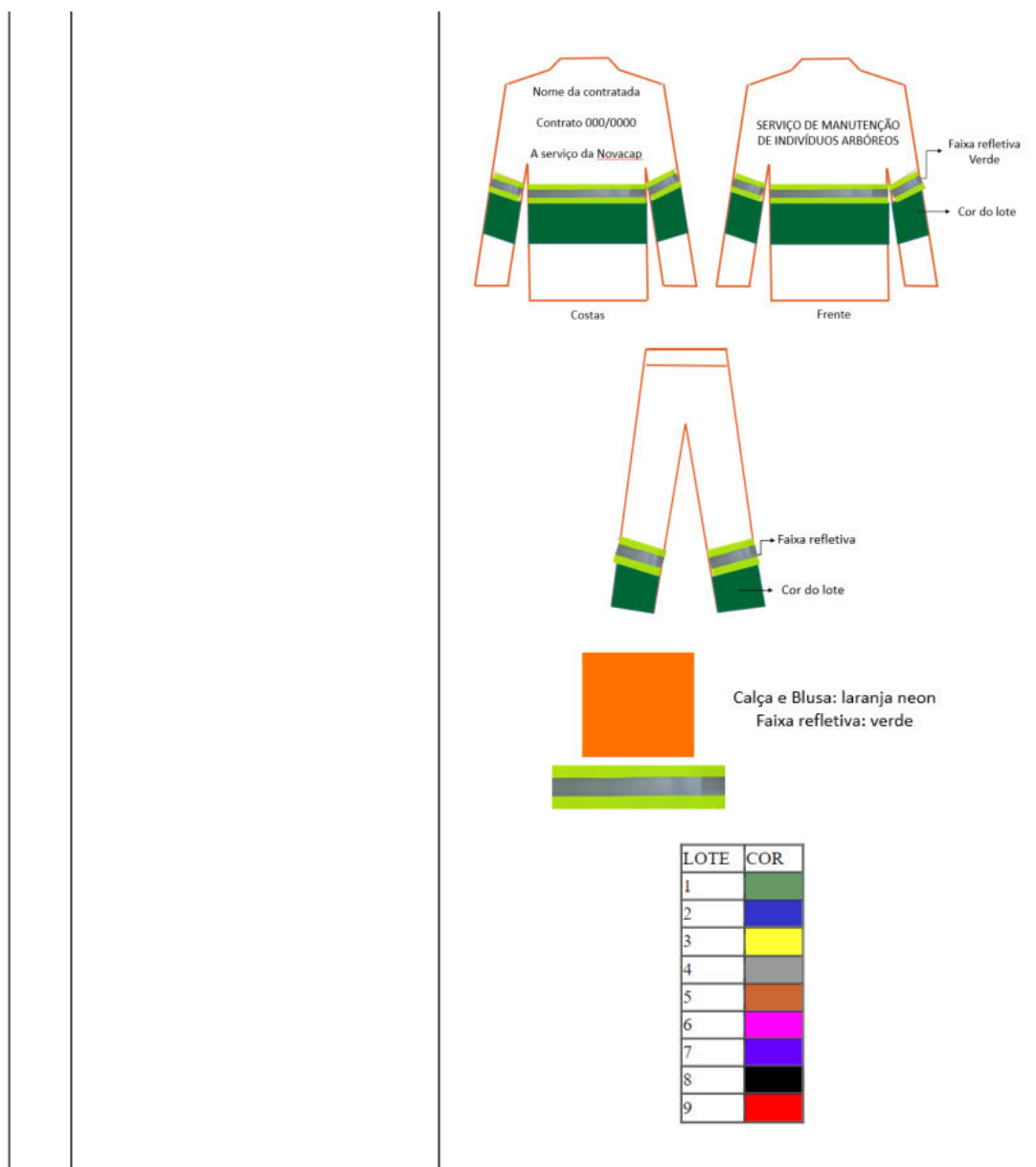
QUANTIDADE DOS EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE E MONITORAMENTO									
Equipamento	Lote 01	Lote 02	Lote 03	Lote 04	Lote 05	Lote 06	Lote 07	Lote 08	Lote 09
1. GPS embarcado para monitoramento dos veículos e plataformas	71	10	11	20	18	11	15	15	15
2. aparelhos de telefonia móvel	39	9	8	12	11	8	10	10	10
3. pacote de telefonia e dados 4G/5G	39	9	8	12	11	8	10	10	10

28.2.

**ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS EXIGIDAS**

ITEM	EQUIPAMENTOS	DESCRIÇÃO
1	Equipamento de corte	<p>Sugestão de equipamentos de corte:</p> <p>1. motosserra tipo 1: Cilindrada: 91,6 cm<sup>3</sup>, comprimento de corte: 75 cm, potência 5,2 KW/7,1 CV - Marca indicada STHIL ou similar, devidamente registrada no IBAMA, conforme legislação vigente.</p> <p>2. motosserra tipo 2: Cilindrada: 59 cm<sup>3</sup>, comprimento de corte: 40 cm, potência 3,4 KW/4,6 CV - Marca indicada STHIL ou similar, devidamente registrada no IBAMA, conforme legislação vigente.</p> <p>3. Motopoda: Cilindrada: 36,3 cm<sup>3</sup>, comprimento de corte: 40 cm, comprimento total com conjunto de corte: 2,70 m - 3,9 m, potência 1,4 Kw/ 1,9 CV - Marca indicada STHIL ou similar, devidamente registrada no IBAMA, conforme legislação vigente.</p>
2	Escada Extensiva	Escada em alumínio extensiva com alcance mínimo de 7,2 m e capacidade superior a 120 kg.
3	Triturador	Triturador rebocável com mínimo de 55 hp de potência, diesel, com sistema de segurança para o operador, capacidade de tritar troncos de no mínimo 20 cm de diâmetro, triturados com fragmento aproximado a 10 mm reboque compatível com o caminhão basculante.
4	Caminhão basculante	Caminhão toco basculante 6m <sup>3</sup> - 136 Kw, com engate compatível com o triturador e demais itens de segurança apropriados para o serviço.
5	Caminhão com cabine suplementar	Caminhão carroceria toco, com cabine alternativa suplementar para transporte de até 6 pessoas, com capacidade de 9 T - 136 KW e demais itens de segurança apropriados para o serviço .
6	Caminhão carroceria Guindaste - SKY com cesto aéreo (altura mínima de 17m)	Caminhão com haste hidráulica telescópica, altura mínima de 17m (do solo a base do cesto) com cestos para elevação de 2 (dois) operadores, sistema de segurança antichoque para o serviço.
7	Caminhão carroceria Guindaste - SKY com cesto aéreo (altura mínima de 25m)	Caminhão com haste hidráulica telescópica, altura mínima de 25m (do solo a base do cesto) com cestos para elevação de 2 (dois) operadores, sistema de segurança antichoque para o serviço.

8	Plataforma articulada	Plataforma autopropelida com alcance mínimo de 12 m de altura (do solo a base da plataforma) e com capacidade de 700 kg e potência de 24 KW.
9	Caminhonete de transporte para plataforma articulada	Caminhonete Cabine Simples Com Motor 1.6 Flex e demais itens de segurança apropriados para o serviço.
10	Caminhão truck com guindalto, tipo MUNCK (45)	Caminhão carroceria com guindalto, tipo MUNCK, com capacidade igual ou superior a 45 t.m - 188 KW e demais itens de segurança apropriados para o serviço.
11	Destocador móvel autopropelido	Destocador móvel autopropelido de uso profissional com potência mínima de 18,5 kW/25 HP, de tamanho compatível com desempenho de atividades em área urbana
12	Sistema de Videomonitoramento Estacionário	Solução integrada para a captação, transmissão ao vivo, armazenamento, gestão e custódia de evidências digitais de alta qualidade obtidas por câmeras (ou smartphones) fixadas em tripés durante as atividades de intervenção arbórea. A solução deverá englobar toda a infraestrutura necessária, incluindo equipamentos, armazenamento e licenças de uso de software para a gestão das evidências digitais. Câmeras de alta definição, capazes de fornecer gravações com qualidade de vídeo e áudio superior a 720p. Tripés robustos e ajustáveis para suporte das câmeras, projetados para estabilidade em diferentes tipos de terreno e facilidade de mobilidade e ajuste. Solução de armazenamento que assegura a integridade e a segurança dos dados captados, com capacidade suficiente para armazenar grandes volumes de vídeo por períodos prolongados. Os acessos as imagens deverão ser fornecidos à Contratante. Deve-se garantir o armazenamento das imagens por um período mínimo de 12 (doze) meses após o término da vigência contratual. A Contratada deverá fornecer relatórios mensais detalhados de gestão das evidências, os quais serão documentos obrigatórios para o processo de pagamento, incluindo: Relatório de uploads dos vídeos registrados, indicando a quantidade de evidências enviadas para a nuvem, total em horas gravadas por mês.
13	Sinalizadores Rotolight giroflex 	2 sinalizadores em cada caminhão
14	Adesivo magnético 	Deverão ser fixados 2 adesivos em cada veículo/máquina/equipamento, um em cada lateral. O adesivo magnético deverá ter o fundo na cor azul (tonalidade utilizada pela Companhia) no tamanho de 60 cm x 55 cm, as letras deverão ser na cor branca, sendo que a altura da letra do prefixo deverá ter <b>no mínimo</b> 20 cm e a altura da letra do contrato no mínimo 15 cm, além disso o adesivo deverá informar a placa do veículo, o número do contrato, o dizer: “a serviço da Novacap” e um QR code, conforme imagem abaixo. Os dados constantes no QR-CODE serão fornecidos pelo DPJ após a Contratação. O Adesivo magnético deverá ser utilizado apenas quando em trabalho a serviço da Novacap. <b>Caso seja identificado uso do Adesivo em prestação de serviço que não seja a serviço da Novacap, a contratada estará sujeita à sanções legais. Ainda, após o encerramento do contrato a empresa é obrigada a retirar o referido adesivo, caso não o faça também estará sujeita à sanções legais.</b>
16	GPS embarcado para monitoramento dos veículos e plataformas	Aparelho Rastreador de Sistema De Posicionamento Global — GPS, com as seguintes características: <u>Precisão</u> : 10m (2D RM), <u>Tecnologia</u> de georreferenciamento e envio de informações de dados utilizando GPS/GSM/GPRS ( <u>GMS</u> Frequência: 900 MHz/1800 MHz ou 850 MHz/1900 MHz <u>GPRS</u> : Class 12, TCP IP); <u>Suporte completo</u> para os dados solicitados na tabela anexa no Doc. SEI (Formato dos Dados enviados pelos equipamentos de GPS embarcados nos veículos, plataformas e trituradores); <u>Software de acesso via web</u> integrado, com simplicidade de layout, eficiência no funcionamento e <u>treinamento por parte da SUBCONTRATADA</u> da LICITANTE VENCEDORA, que abranja o a operação, funcionamento e controle da frota Contratada para os empregados a serem designados por essa NOVACAP.
17	Aparelhos de telefonia móvel e pacote de dados.	Aparelho Celular “Smartphone” com as seguintes características: <u>Tela</u> acima 6,7 polegadas; com caneta responsiva ao toque da tela; <u>Dual</u> Chip; <u>Android</u> 13 ou superior; <u>Processador</u> Octa-Core; 256GB de <u>Memória interna</u> ; <u>Câmera</u> com resolução mínima de 12 megapixels; <u>Tecnologia</u> 4G LTE ou 5G e com o App <u>GPS Map Câmera</u> devidamente licenciado na loja Play Store.  PACOTE DE TELEFONIA E DADOS 4G/5G  Plano de telefonia celular com as seguintes características: <u>500 minutos</u> para ligações locais para outras operadoras e telefones fixos no Distrito Federal — DF; <u>Pacote de dados</u> com no mínimo de <u>50 GB</u> de franquia de internet e uso do aplicativo <u>WhatsApp</u> ilimitado.
18	Uniforme	<b>TODOS</b> os empregados da(s) contratada(s) deverão estar devidamente uniformizados na cor e modelo apresentado a seguir, com serigrafia indicando tratar-se de serviço de manutenção de indivíduos arbóreos. A cor principal e modelo de uniforme será igual para todas as contratadas, com exceção da faixa indicada como "cor do lote". O Encarregado e o coordenador não serão obrigados a utilizar o uniforme, contudo, deverão vestir camisa com as mesmas informações constantes no uniforme.



## 29. BIBLIOGRAFIA

**BRASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 1995. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Art. 28 estabelece reajuste anual para contratos. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9069.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. Instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12440.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12440.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**BRASIL.** Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm) (acesso em: 18/03/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Lei nº 4.640, de 15 de setembro de 2011. Estabelece procedimento a ser adotado por fornecedores de bens e serviços e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69366/Lei\\_4640\\_15\\_09\\_2011.html#:~:text=Lei%204640%20de%2015%2F09%2F2011&text=Estabelece%20procediment](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69366/Lei_4640_15_09_2011.html#:~:text=Lei%204640%20de%2015%2F09%2F2011&text=Estabelece%20procediment) em: 18/03/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 32.598/2010, de 15 de dezembro de 2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto\\_35592\\_02\\_07\\_2014.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html) (acesso em: 18/03/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil).** Decreto nº 35.592, de 2 de julho de 2014. Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto\\_35592\\_02\\_07\\_2014.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html) (acesso em: 18/03/2021).

**DISTRITO FEDERAL (Brasil)**, Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Unidade de Administração Geral. Cartilha do Executor de Contrato / [Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010. Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título Disponível em: http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual\\_Suag\\_cartilha-executor.pdf](http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf) (acesso em 18/03/2021).

**NOVACAP**, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Regulamento de Licitações e Contratos. Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da Novacap, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 18/03/2021).

**TCDF**, Tribunal de Contas do Distrito Federal. Decisão Normativa nº 02/2012, de 30 de outubro de 2012. Adota entendimento para análise da regra do parcelamento do objeto e da subcontratação de terceiros nas licitações públicas pelos órgãos e entidades integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis\\_o\\_Normativa\\_2\\_30\\_10\\_2012.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/72774/Decis_o_Normativa_2_30_10_2012.html) (acesso em: 18/03/2021).

**TCU**, Tribunal de Contas da União. Acórdão Nº 19/2017 – TCU – Plenário. Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/\\*/?KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2246198/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/?KEY%253AACORDAO-COMPLETO-2246198/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse) (acesso em 29/06/2021).

**TCU**, Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 1.502/2018, de 30 de outubro de 2012. Dispõe que sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/acord%25C3%25A3o%25201502%252F2018/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOIN> (acesso em: 18/03/2021).



Documento assinado eletronicamente por **NITLI GALDINO SIQUEIRA - Matr.0075021-2, Assessor(a)**, em 13/09/2024, às 11:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO ALENCAR DE ARAÚJO - Matr.0973456-2, Executor(a) de Contrato**, em 13/09/2024, às 11:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZA FERNANDES GOMES MONTEIRO - Matr.0973536-4, Assessor(a)**, em 13/09/2024, às 12:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA COSTA DE SEABRA - Matr.0973566-6, Executor(a) de Contrato**, em 13/09/2024, às 12:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO RODRIGUES GONÇALVES - Matr.0073771-2, Técnico(a) Agrícola**, em 13/09/2024, às 12:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO RANGEL DA COSTA - Matr.0972793-0, Executor(a) de Contrato**, em 13/09/2024, às 12:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 150934957 código CRC= 6F6982E7.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF  
Telefone(s): 3403-2460  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)